Beatriz Gonçalves dos Santos

O eco das fábricas:

mobilizações femininas no ciclo operário paulista (1975-1978).

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura no Departamento de História da PUC-Rio.

Orientadora: Larissa Rosa Correa

Rio de Janeiro
Agosto de 2020

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Beatriz Gonçalves dos Santos

O eco das fábricas:

mobilizações femininas no ciclo operário paulista (1975-1978).

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura no Departamento de História da PUC-Rio.

Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profª. Larissa Rosa Correa
Orientadora
Departamento de História – PUC-Rio

Profª. Inez Terezinha Stampa
Departamento de Sociologia – PUC-Rio

Prof. Paulo Roberto Ribeiro Fontes
Departamento de História – UFRJ

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2020

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

“Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da Universidade, da autora e do orientador”

Beatriz Gonçalves dos Santos

Graduou-se em História com ênfase em licenciatura na PUC-Rio em 2017. Foi bolsista PIBID com orientação de Ilmar Mattos entre 2014 e 2015. Participou do PIBIC com orientação de Maria Elisa Sá no ano de 2015 e 2016.

Ficha Catalográfica

Santos, Beatriz Gonçalves dos

O eco das fábricas : mobilizações femininas no ciclo operário paulista (1975-1978) / Beatriz Gonçalves dos Santos ; orientador: Larissa Rosa Correa. – 2020.
90 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2020.
Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Novo sindicalismo. 4. Operárias. 5. Congresso da Mulher Metalúrgica. 6. Movimento das mulheres. 7. Feminismo. I. Correa, Larissa Rosa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Primeiramente, gostaria de agradecer à PUC-Rio por me acolher desde 2013, me proporcionando estrutura e acolhimento durante toda a minha jornada. Agradecendo também à CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Agradeço pela minha orientadora Larissa Corrêa que vem me ajudando a construir o meu caminho acadêmico desde o processo de escrita da monografia, em 2017. Graças a ela, pude me aprofundar de maneira lúcida em temas tão necessários para a historiografia brasileira. Obrigada também por me orientar com tanto carinho mesmo quando o cenário da escrita se tornava mais difícil.

Sou eternamente grata pela equipe do departamento de História da PUC-Rio, principalmente pelos cafés feitos com tanto amor pelo Claudinho, acompanhados de piadas intermináveis e, pelos abraços calorosos da Anair. Vocês transformavam o meu dia. Sinto muitas saudades de todos.

Não poderia deixar de salientar a importância da minha família, que muitas vezes foi refúgio e porto seguro de mares turbulentos enfrentados nesses últimos dois anos. Obrigada por sempre me lembrarem do meu propósito nesse mundo. A força de vocês me fez querer continuar seguindo.

Por último, agradeço a mim, por ter me permitido superar situações que não achei que conseguiria, por ter respeitado o meu tempo e minha saúde mental. Sou grata pelo caminho que trilhei até aqui, mesmo com os tropeços, mesmo com os acertos. É no caminho que eu me encontro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Resumo

Santos, Beatriz Gonçalves dos. **O eco das fábricas:** mobilizações femininas no ciclo operário paulista (1975-1978). Rio de Janeiro, 2020. 90p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro.

O imaginário do movimento sindical dos anos de 1970 é constituído de sujeitos e situações que nos remetem a um movimento forte, coeso e homogêneo. Este trabalho busca, com o olhar sobre essa narrativa, desconstruir a ideia de homogeneidade do movimento sindical e operário do ABC paulista, através da análise das mobilizações das operárias metalúrgicas, que, conectadas com outros movimentos, fizeram-se presentes e modificaram o fazer político do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. Busca-se, também, entender como o Ano Internacional da Mulher em 1975 colocou em foco as condições de trabalho das operárias, levando-as a diferentes mobilizações, tanto no âmbito midiático, através da repercussão dos jornais alternativos, quanto no aspecto do fazer político, representado principalmente, no I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo, em 1978.

Palavras-chave:

Novo sindicalismo; operárias; Congresso da Mulher Metalúrgica; movimento das mulheres; feminismo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Abstract

The representation of the labor movement in the end of the 1970s is conceived by subjects and situations, which leads us to perceive it as a strong, cohesive and homogeneous movement. By an outlook over this narrative, this work seeks to deconstruct the idea of homogeneity within workers movement of ABC São Paulo's region through the analysis of metallurgical workers mobilization and their connection with other movements, which together have modified the political action of the São Bernardo do Campo Union of Metalworkers. It also seeks to understand how the International Women Day in 1975 brought the women working conditions into focus, leading them to different mobilizations, both in the media sphere, through the repercussions of alternative newspapers, and in direct political action, represented mainly by the I Congress of the Female Metalworker of São Bernardo, in 1978.

Keywords:

Labor movement; working-class; The Congress of the Metallurgical Women; Women movement; feminism.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Sumário

1.Introdução: “A classe mulher”.....10

2. A participação feminina no movimento operário do ABC 8
2.1. O movimento sindical dos anos 1970 23
2.2. As mulheres no sindicato 28

3. O movimento feminista nos anos 1970 15
3.1. A formação do movimento feminista brasileiro.....15
3.2. A importância do acesso à creche 43
3.3. O ano de 1975 47
3.4. A imprensa alternativa feminista 50
3.5 . As operárias querem igualdade 54

4. O I Congresso da Mulher Metalúrgica do ABC.....1
4.1. A preparação do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema. 63
4.2. As questões levantadas no Congresso.....68
4.3. A repercussão do Congresso no jornal Nós Mulheres. 74

5. Conclusão 57

6. Referências bibliográficas 85

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Lista de Imagens

Figura 1 -Capa do Jornal *Tribuna Metalúrgica* de 1977 acerca das mobilizações contra o não reajuste salarial determinado pelos patrões. .17

Figura 2- Suplemento Informativo dos Metalúrgicos denunciando a “Prova de *Modess*”.....32

Figura 3- Campanha pela participação do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema - 1978 1

Figura 4 - Gravura de Laerte para o jornal Nós Mulheres em apoio ao I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, 1978. ..66

Figura 5- Gravura representando as dez principais pautas das químicas 79

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Lista de Tabelas

Tabela 1- Crescimento de sindicalização.....35

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

1. Introdução: “A classe mulher”

> Então eles acham que a classe mulher pode exercer o mesmo serviço, mas não pode ganhar igual. Eles acham isso aí[1]. (Operária)
>
> Eles fazem das meninas como se fosse uma empregada, nem empregada, como se fosse uma escrava. É gritando com as mulheradas. (operária)
>
> Muitas mulheres não *vai* ao sindicato, muitas delas têm medo da chefia, porque a chefia faz muito medo a mulher, por que vai ao sindicato. *(a chefia)* fala que vai mandar embora e a maioria também é medo de perder o emprego e outras é por que fala que o sindicato não resolve nada. (operária)
>
> Eu acho que as mulheres trabalhadoras deveriam se associar mais ao sindicato porque só a diretoria não irá resolver todos os nossos problemas. E associando ao sindicato e apontando os defeitos da indústria, trazendo esses problemas para o sindicato nós estaremos contribuindo para resolvê-lo. (palestrante do congresso)[2]

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

As falas acima representam parte do imaginário e da experiência das metalúrgicas do ABC paulista que, durante a década de 1970, assumiram um papel fundamental tanto no movimento operário, quanto no movimento das mulheres no Brasil. Percebe-se, nas falas citadas acima, a insatisfação das operárias com a situação do trabalho nas fábricas, a relação com a chefia, os colegas de trabalho e com o sindicato, ou seja, mostram-se pontos de acordos e de tensões estabelecidos no convívio do trabalho feminino em relação ao ambiente fabril e todos os sujeitos que nele estão envolvidos.

Esse trabalho tem por objetivo analisar a formação deste movimento operário feminino a partir do I Congresso da Mulher Metalúrgica do ABC,

[1] REDE TVT. Memória TVT - **Mulheres Metalúrgicas**: anônimas em busca de protagonismo. 2014 (8m7s). Disponível em:<. https://www.youtube.com/watch?v=A7fpw5F_Tdk,>. Acesso em: 18 jun. 2020.

[2] METALÚRGICAS, Trabalhadoras. Direção: Olga Futemma e Renato Tapajós. 1978. Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. (17 min).

realizado em 1978, compreendendo os momentos de pertencimento e de busca por rupturas com o movimento operário. Nesse sentido, é necessário entender esses momentos através das experiências, relatadas por fontes orais, documentos sobre o Congresso, produzido pelas operárias e também registrados pela polícia política, e por bibliografias contemporâneas a década de 1970, com intuito de analisar esse movimento feminino e feminista, buscando compreender o papel que essas operárias assumiram no movimento sindical e nas lutas políticas travadas no contexto da redemocratização.

Para tanto, faz-se necessário contextualizar o movimento operário do ABC[3] paulista na década de 1970, visando a refletir sobre o processo de construção de identidade do operariado para além dos locais de produção e da visão determinista das estruturas sociais. Ou seja, analisar os metalúrgicos e metalúrgicas do complexo industrial de São Bernardo do Campo é pensá-los a partir de suas interações com outros sujeitos locais que estão em uma relação de disputa e negociação diariamente.

Nesse sentido, volta-se o olhar sobre a experiência desses sujeitos, a partir de uma história "vista de baixo", porque contempla uma perspectiva histórica construída à margem dos grandes feitos, narrados pela historiografia. Dessa forma, é possível analisar os caminhos percorridos destes agentes, que compartilharam ações, vivências, saberes e negociadas resistências, mas não necessariamente reagiram de maneira homogênea frente a diferentes meios de exploração e repressão[4].

É inegável a contribuição de Michelle Perrot acerca desses grupos sociais, homens, mulheres, camponeses, presidiários, no entanto, uma das contribuições que se faz necessária para este trabalho, é o seu olhar apurado acerca do surgimento da História das Mulheres ao longo da segunda metade do século XX. Movimento fruto de um momento de inserção de novos agentes nos espaços acadêmicos, contribuindo para análises mais completas acerca de momentos históricos muitas vezes consolidados pela historiografia. A autora utiliza a narrativa das mulheres em

[3] A região compreendida por ABC paulista incluía as cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, que compõe um cinturão industrial. Neste trabalho, a cidade de São Bernardo do Campo receberá maior atenção por abrigar o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

[4] Este trabalho contará com a perspectiva análitica de E.P. Thompson, através do seu conceito de experiência presente em THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

contextos muito conhecidos, revelando a contradição do discurso histórico dos grandes heróis com a experiência de pessoas comuns, revisitando locais e reivindicando o protagonismo dessas narrativas.

Essa vertente historiográfica, proveniente da História Social, construiu raízes dentro dos trabalhos que se propunham a entender questões relacionadas à classe trabalhadora. Michelle Perrot aponta que a História das Mulheres emerge no momento em que historiadores sociais passam a analisar as relações entre os sexos como uma categoria analítica, possibilitando o surgimento de novos questionamentos acerca de relações tão antigas, como dos gêneros[5].

Michelle Perrot apresenta que a historiografia passou a interpretar essas relações através de uma interlocução com as categorias de classe social, correlacionando a temática operária com as de gênero[6]. O problema que se encontra nessa análise é a transferência das categorias de um campo para outro, proporcionando, por exemplo, um olhar limitado sobre determinado estudo, como cita a autora,

> além disso, a questão da mulher foi pensada em termos de dominação. Tal como se tentou ver o movimento operário em termos de burguesia e classe operária, pensou-se a questão da mulher em termos de masculino e feminino, de dominação masculina e de sujeição feminina[7].

É, nesse sentido, que a autora defende o uso da categoria mulher como propriamente social, diferentemente de uma categoria completa em si, que se relaciona com outras categorias igualmente completas, como classe e raça. Como "mulher" torna-se, portanto, uma categoria social de análise, faz-se necessário entrecruzá-la com instituições relacionadas a ela, como a família e o Estado.

A construção do "ser" operário construiu-se a partir da negação de outros sujeitos que faziam parte do mundo fabril, como as mulheres e os negros. Perrot afirma que "o ideal do movimento operário é o produtor e a dona de casa, quer dizer, o operário que produz e que tem, preferencialmente, uma mulher em casa, mesmo se de fato ela trabalhasse muito"[8].

---

[5] PERROT, M. at al. A história das mulheres: ensaio de historiografia. Gênero: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social – Dep. de Serviço Social/UFF, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2. sem. 2001.

[6] PERROT, Michelle. A História feita de greves, excluídos & mulheres. Excluídos & mulheres (entrevista). **Tempo Social**. São Paulo, v.8, n.2, p. 191-200, out 1996.

[7] Idem, p.192.

[8] Idem, p. 197.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Nesse sentido, a historiadora Isabel Bilhão[9] salienta que, a história do movimento operário deixou de ser a história do movimento organizado. A autora explica que a história social do trabalho da década de 1980 passou a não só olhar os líderes e grandes referências operárias, mas também a dar importância à mobilização de pessoas comuns, com experiências tidas como comuns[10] dentro e fora das fábricas.

A experiência, portanto, não se basta nela própria, não é autoexplicativa, não torna algo essencial. É a partir da experiência dos sujeitos históricos que se constroem novas perguntas que estão diretamente relacionadas com questões do tempo presente. Nesse sentido, a experiência não precisa ser narrada diretamente através de fontes produzidas pelo agente histórico, mas pode ser narrada também por arquivos oficiais do Estado, por arquivos de contabilidade de certo grupo social, por jornais e revistas da época, como será feito neste trabalho. A narrativa acerca da experiência diversifica-se a partir da diversidade das fontes analisadas.

Há aqui o objetivo de valorizar as peculiaridades cotidianas em detrimento de criar um modelo estruturalista de narrativa, como aponta Isabel Bilhão "a construção de identidades coletivas são sempre fluidas, mesmo que os grupos identitários tendam discursivamente à unificação e ao essencialismo"[11].

Nesse sentido, o conceito de experiência detém uma importância central em uma análise voltada às classes sociais. Esse conceito compreende o compartilhamento de vivências comuns de um grupo. Para E.P. Thompson, a consciência de classe é resultado da experiência compartilhada. No entanto, ao analisar a experiência de operárias em determinada época, outro fator mostra-se necessário para desenvolver essa categoria de análise.

Entender a experiência dos sujeitos através do olhar de gênero reconfigura os parâmetros de análise. No artigo de Eleni Varikas intitulado *Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott*, a autora busca desenvolver

[9] BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). Revista Mundos do Trabalho, vol. 2, 2010. P. 218-234.
[10] No entanto, com o olhar mais atento pode-se observar que nenhuma experiência é "comum" no sentido simplista da palavra. Essas experiências carregam conexões ricas entre diferentes meios e agentes sociais, entendendo, portanto, que essas experiências são compartilhadas.
[11] BILHÃO, Isabel. *A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, 2010, p. 229.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

um entendimento acerca do conceito de gênero e a categoria analítica da experiência por meio do debate entre Joan Scott e Louise Tilly.

Joan Scott, através da crítica acerca do uso da categoria de experiência na História Social, argumenta que a categoria gênero seria um meio mais completo e complexo de entendimento das realidades sociais que impõe, necessariamente, uma disputa de poder estabelecida pela diferença sexual. A autora entende o gênero como "relação fundamental entre duas posições: gênero tanto é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, quanto uma maneira primária de significar relações de poder"[12] .

A crítica que a autora aponta em relação à História Social, baseia-se na forma como essa linha de pesquisa coloca as mulheres em relações de poder unicamente econômicas, abrindo mão de diferentes relações como culturais, por exemplo. Nesse sentido, a autora passa a abrir mão da História Social para entender gênero não só como uma categoria de análise, mas também como um conceito linguístico, embasado no pós-estruturalismo. Como aponta em seu texto:

> Essa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, e para o (a) historiador (a) ela não deixa meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo) com outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos, estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. Como podemos explicar no seio dessa teoria a associação persistente da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estão investidos na virilidade do que na feminilidade? Como podemos explicar o fato de que as crianças aprender essas associações e avaliações mesmo quando elas vivem fora de lares nucleares ou dentro de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais? Eu acho que não podemos fazer isso sem dar certa atenção aos sistemas de significados, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido.[13]

Ainda acerca da linguagem, Joan Scott compreende a mesma como um sistema de significados, que são intrinsecamente ligadas à experiência e que,

[12] SCOTT, 1988 *in* VARIKAS, Eleni. *Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo.* Cadernos Pagu (3) 1994: pp. 63-84. São Paulo.

[13] SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York, Columbia University Press. 1989. P. 15

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

portanto, a categoria de "gênero" exprime uma experiência acerca das relações de poder baseadas nas diferenças dos sexos. Compreender gênero apenas sob esta ótica, no entanto, determina uma seletividade nos procedimentos de análise, entendendo que a experiência de gênero qualifica-se como tal, apenas em relações de poder presentes no discurso, colocando pouca atenção sobre as ações e resistências que vão além das linguagens.

Nesse sentido, o olhar através das ações, resistências e movimentos explicitam relações de poder que se baseiam em diferenças sexuais, fazendo que possa ser analisada a complexidade das vivências em contrário ao olhar analítico apenas voltado às relações de gênero expressas na linguagem, entendendo, como defende Varikas, as ações providas de sentido, a autora ainda ratifica que,

> com efeito, colocar as experiências femininas no centro da sua interrogação sobre a formação da classe trabalhadora ou das ideologias socialistas supõe uma hipótese preliminar sobre a existência de interesses e de necessidades diferenciadas das mulheres devido à sua posição estrutural num certo tipo de relações de poder.[14]

Assim, como defende Louise Tilly, entender a experiência dessas mulheres além da categoria de gênero requer uma análise das ações humanas fora das estruturas fechadas das relações de poder, pensando o gênero e a classe como categorias interseccionais. Integrar a experiência dessas mulheres na análise de suas ações ajuda a entender, como cita Varikas, "não somente o como, mas o porquê".

O trabalho que segue busca, portanto, compreender a experiência das operárias metalúrgicas, não somente no âmbito das disputas de poder entre estas e os sujeitos que envolvem os seus cotidianos, mas, principalmente, analisar os discursos, ações, conflitos e tomadas de decisões como parte de uma realidade constituída através do "ser" operária, entendendo que a experiência envolve tanto a linguagem delas sobre elas, quanto as próprias interpretações de suas vivências.

Nesse sentido, o primeiro capítulo busca analisar, através de um breve panorama político-social a década de 1970, a partir da narrativa de operários e de operárias que, inseridos em situações de precariedade, acharam diferentes meios para se posicionarem contra o sistema e a exploração vigente. O segundo capítulo aponta para a confluência de diferentes movimentos sociais, influenciados tanto

[14] VARIKAS, Eleni. **Gênero, experiência e subjetividade**: a propósito do desacordo. São Paulo: Cadernos Pagu, v.3, 1994.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

pelo contexto internacional quanto pelo contexto nacional, no qual corroboraram para tomadas de iniciativas políticas de maneira integrada, como poderá ser observado em relação ao movimento feminista e operário a partir de 1975.

O terceiro capítulo é dedicado a analisar a maneira pela qual as operárias metalúrgicas de São Bernardo ressignificaram um evento promovido pela direção sindical para tratar de questões que diziam respeito à experiência de trabalho dessas metalúrgicas. Nesse sentido, este capítulo é repleto de fontes acerca do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo ocorrido em 1978, com intuito de entender a forma pela qual essas mulheres vivenciaram e remodelaram um espaço político dominado, historicamente, pelos operários.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

2. A participação feminina no movimento operário do ABC

> Pô não *tá* dando pra nada, tá tudo aumentando, condução, aonde nós vamos parar desse jeito? Não dá! Tem pai de família aqui que precisa ganhar mais. Se eles não aumentar 25% a gente vai querer 30! Vai ser pior, vai ser greve. Ainda *tá* muito bonito, mas vai ficar feio mesmo. Ah, extra, eles obrigam a gente a fazer extra *pra* ganhar o que? Uma miséria! Gente grávida aqui trabalhando que nem umas condenadas, não tem tempo de ir no banheiro por que? Por que *esses cão*, esses homens que ganham mais que nós e não tem tempo pra deixar nós ir lá fora ir no banheiro. Se a gente precisa de ir no banheiro, não tem condições por que? Porque não tem reserva *pra* ficar no lugar! Pô, nós *tamos* ganhando uma miséria, não dá mais pra viver desse jeito, não dá mesmo, porque as coisas tão muito cara, viu? *Tá* muito cara mesmo, cada dia aumentando, não dá mais mesmo.[15]

Com a paralisação das máquinas e intenso processo de negociação entre patrões e operários, os anos de 1978 e 1979 foram marcados na história da luta operária como marco de fortalecimento e pressão tanto dos operários, quanto dos sindicatos de indústrias metalúrgicas. O ambiente de paralisação aparente nessas greves não pode, no entanto, ser analisado a partir da ótica da espontaneidade, mas sim dentro do espectro de uma mudança visível, desde 1975, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e nas investidas negativas do governo e do Ministério do Trabalho acerca dos ajustes salariais.

A publicação do Relatório do Banco Mundial revelando uma taxa da inflação brasileira, dos anos de 1973 e 1974, acima do que o governo havia divulgado, foi motivo de enorme mobilização contra os salários estipulados[16]. A categoria dos trabalhadores metalúrgicos iniciou a campanha de reposição salarial de 34,1% baseada nos não reajustes dos anos anteriores[17]. Os anos de 1976 e 1977 foram, portanto, marcados por diversas tentativas de diálogo entre operários e empresários, fazendo inclusive, que os trabalhadores diminuíssem o percentual de reajuste para 25%, com intuito de chegar em um acordo com os patrões.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

[15] Trecho da fala de uma operária entrevistada durante a campanha de aumento de 25% em São Paulo em 1978 retirado do documentário BRAÇO cruzado: máquinas paradas. Direção: Roberto Gervitz e Sérgio Toledo, 1979.

[16] TRIBUNA METALÚRGICA. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. n. 43, p. 5- 7, 1977.

[17] Idem,

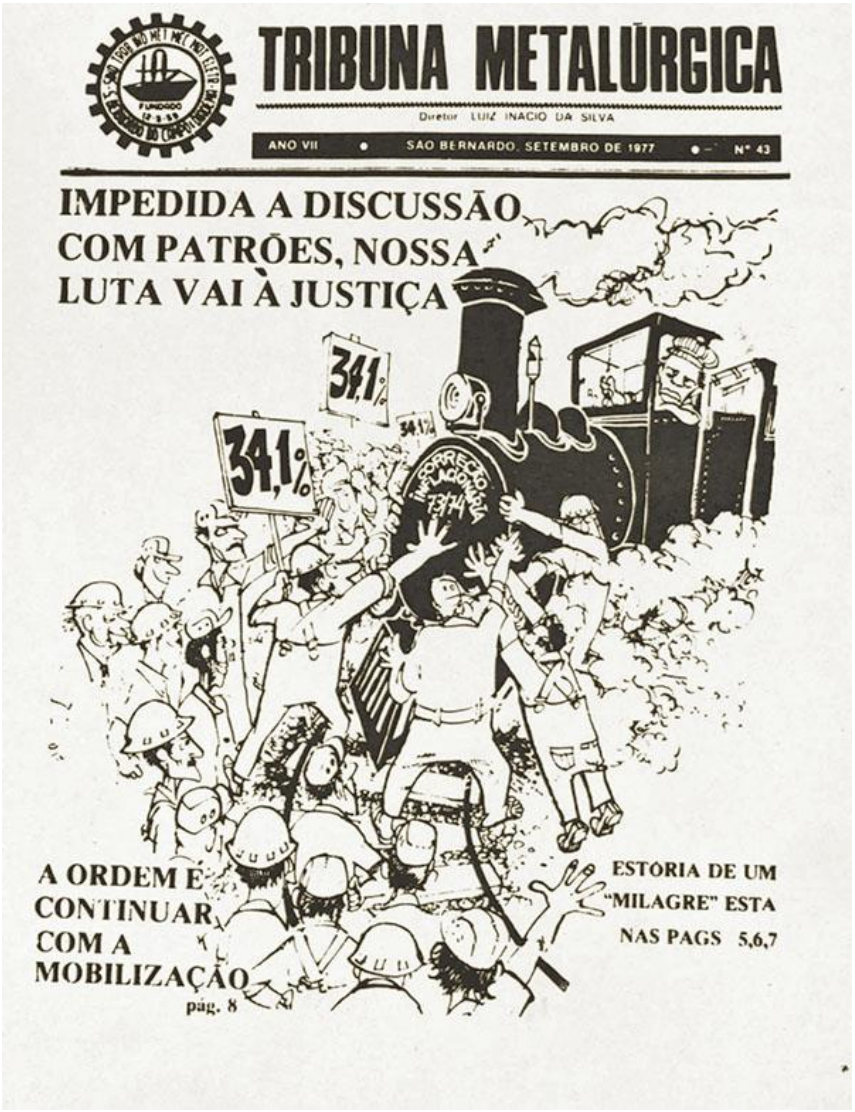

FIGURA 1 -CAPA DO JORNAL *TRIBUNA METALÚRGICA* DE 1977 ACERCA DAS MOBILIZAÇÕES CONTRA O NÃO REAJUSTE SALARIAL DETERMINADO PELOS PATRÕES.
Fonte: https://smabc.org.br/imagens-da-luta-dos-60-anos-dos-metalurgicos-do-abc/ acessado em 23/06/2020.

No relato da operária citado acima, percebe-se uma discussão acerca do aumento da inflação e a não correção dos salários, apontando o aumento do custo de vida e consequentemente a diminuição do poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras. Nota-se também uma demanda específica das mulheres: o não cumprimento do acordo que determinava estabilidade no emprego para mulheres grávidas, estipulado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e o controle de idas ao banheiro, como cita Elizabeth Lobo,

> a vida cotidiana das operárias está submetida a constantes implicâncias referente as idas aos banheiros, ao consumo de cigarros e às

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

> movimentações no interior da fábrica, que se traduzem concretamente, por parte dos chefes, em punições frequentes, recriminações repetidas, ameaças ou palavras ofensivas.[18]

As demandas levantadas durante os anos de 1978 e 1979 pelos operários e operárias vão além, portanto, de um caráter unicamente econômico. A autora do livro *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e a subjetividade operária*, Laís Wendel Abramo, aponta logo no início de seu estudo como as experiências de operários no ABC geraram associações culturais marcadamente essenciais a esses sujeitos. "As greves do ABC produziram um extraordinário efeito de demonstração sobre o conjunto de trabalhadores brasileiros"[19]. Nesse sentido, a autora defende que as condições precárias de vida destes sujeitos trouxeram a consciência de classe para a conquista de condições de vida digna.

Mesmo que os metalúrgicos fossem considerados a "aristocracia operária", por receberem mais do que a média de operários de outras áreas, esses ainda construíram a sua identidade através de um processo de autoaprendizagem que envolvia o ambiente fabril, sindical, dos bairros operários e o enfrentamento com o mundo político. Além disso, dentro desse núcleo existiam subgrupos que vivenciavam outras formas de exploração. Ruy Braga conceitualiza esses sujeitos como "precariado" ou[20] "proletariado precarizado", que eram, em sua maioria, contratados como mão de obra semiqualificada, atribuindo a eles, grandes chances de instabilidade decorrida pela alta rotatividade na função. Como cita Braga, "na medida em que a experiência operária era menos importante para a elevação da produtividade do trabalho, o interesse das empresas em estabilizar os trabalhadores declinou".[21]

O autor defende que parte da mobilização operária ocorrida a partir da década de 1970 é resultado de pequenas manifestações "espontâneas" ocorridas[22], desde 1973 e 1974 e que foram suprimidas ainda pelo forte acordo entre Estado e

[18]LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.29.
[19]ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas, SP: Unicamp/Imprensa Oficial, 2000, p.32.
[20]BRAGA, Ruy. **Trabalho e política em São Bernardo**: arqueologia de uma hegemonia precária. São Paulo: Lua Nova, 2018, p.133-165.
[21]Idem. p. 134.
[22]Saídas programadas dos operários no horário correto de saída, desobediência coletiva, desaceleração da produção.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

patrões. Pode-se perceber, entretanto, que, "os protestos de 1973 e 1974 demonstraram a existência de uma inquietação na base suficientemente forte para alimentar a retomada das reivindicações do setor"[23].

Essas decorrências reforçam um movimento que se construiu a partir do chão de fábrica e que, junto com um sindicato reestruturado, pôde ter força de ação efetiva para não só reivindicar melhorias de trabalho, mas também ganhar força política para abalar as estruturas de um Estado autoritário. Importa aqui ressaltar que o reaquecimento de pequenos grupos políticos dentro das fábricas constituiu base para a oposição ao chamado sindicato "pelego", possibilitando a criação de novas comissões de fábrica como aparato local de representação do operário dentro de cada núcleo fabril.

O historiador Antônio Luigi Negro aponta em suas obras[24] a existência de diversos grupos mobilizados de maneira localizada nas fábricas da região do ABC paulista. Mais do que essa mobilização existente por parte dos trabalhadores, o autor também reforça a grandiosidade das conexões dos grupos empresariais com o Estado repressivo, "a ideia era mobilizar recursos humanos e materiais para mapear e neutralizar a presença dos trabalhadores nas fábricas, ainda que fossem frágeis protestos, rápidas paradas ou distribuição de panfletos e boletins"[25].

Nesse sentido, diferentemente da historiografia consolidada acerca da não ação dos grupos de trabalhadores após o golpe de 1964, o autor defende que o aparato de repressão representado pelos canais de informações entre empresariado e DEOPS apontava uma constante preocupação e perseguição a mobilizações ou tentativas de mobilizações. Como recorrentemente apontado por Antonio Luigi Negro, as mobilizações operárias encontram espaço de atuação mesmo no contexto de intensa perseguição, como ocorrido em 1974 na fábrica da Volkswagen:

> Em contato com o Setor de Segurança Industrial da Volkswagen, a polícia se inteirou de detalhes. "A paralisação em tela vem de ser feita no sentido de coagir a indústria a efetuar reposição salarial". Tendo sido um "movimento organizado, sem alardes nem distúrbios", não se proporcionava "ao observador a oportunidade de vislumbrar possível liderança". Ainda mais, parecia ser uma articulação tecida também por

[23]BRAGA, Ruy. **Trabalho e política em São Bernardo**: arqueologia de uma hegemonia precária. São Paulo: Lua Nova, 2018, p.143.

[24] *Linhas de Montagem,* 2004 e *Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo. Verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura,* 2015.

[25] NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo: verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade e Justiça,** CUT, 2015, p.82.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

> fora das fábricas, havendo "uma orientação única e já pré-estabelecida no que diz respeito à firma, setor, hora, dia e turno de serviço"[26]

A década de 1970 inseriu, portanto, o operariado metalúrgico em um contexto de repressão política, aumento das horas trabalhadas, inflação e estagnação dos salários com um sindicato - após a eleição de Luís Inácio da Silva - alinhado com os interesses dos operários e com as estruturas legais do Estado. O resultado deste alinhamento foi o engajamento que a campanha salarial recebeu dos trabalhadores:

> Liderada pelo sindicato de São Bernardo, a campanha salarial de 1977 enfatizou a necessidade de recuperar tais perdas. Como resultado do esforço de mobilização do sindicato, as assembleias operárias tornaram-se muito concorridas, levando a direção sindical a usar campos de futebol para abrigar a imensa quantidade de trabalhadores que queria participar das reuniões.[27]

A partir de 1977, portanto, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC assume uma posição de intermediadores das negociações entre empresários e trabalhadores. Essa posição não só trará um fortalecimento para a própria instituição, mas também resultará em um crescimento exponencial de operários sindicalizados.

Nesse sentido, este capítulo busca olhar para as greves de 1978 e 1979, analisando a participação das operárias nesses movimentos, visto que dentro da indústria metalúrgica do ABC, as mulheres apresentavam ainda uma pequena participação (9%), sendo um setor marcadamente masculino, diferentemente dos setores têxteis, por exemplo, que possuem, em sua maioria, operárias. Em se tratando da taxa de sindicalização dessas metalúrgicas, no entanto, elas representam 2/3 do sindicato[28].

É necessário contextualizar, portanto, a região berço destas mobilizações. O complexo industrial paulista possui grande importância para o cenário do movimento operário, visto que houve uma acelerada implementação de indústrias automobilísticas, decorrente da falta de espaço geográfico na capital paulista, assim como o seu rápido acesso a esta capital, atrelado a proximidade do Porto de Santos.

[26] NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo: verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade e Justiça,** CUT, 2015, p.84.
[27] BRAGA, Ruy. **Trabalho e política em São Bernardo**: arqueologia de uma hegemonia precária. São Paulo: Lua Nova, 2018.
[28] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Nesse sentido, São Bernardo do Campo transformou-se em uma cidade de maior produção de riquezas do Brasil, durante a última metade do século XX, mas apresentava níveis de pobreza e precariedade de condições sociais urbanas elevados. Assim, dar-se-iam as condições socioeconômicas específicas para a formação do movimento operário fortalecido, que mostrou a sua força política a partir de 1978.

Frente à construção historiográfica de "classe acomodada" resultante da intervenção do Estado no Sindicato dos Metalúrgicos em 1964, os motivos atribuídos a essa suposta "falta de consciência de classe" eram diversos. Luís Flávio Rainho e Osvaldo Bargas destacam que historiadores e sociólogos aderiram esse discurso com a justificativa de que a classe operária dessa região era originária de uma classe rural.

Outra importante referência historiográfica que trabalha essa problemática é o livro do Antonio Luigi Negro intitulado *Linhas de Montagem*. No capítulo II, o autor trabalha a construção histórica e historiográfica da figura do novo operário do cinturão paulista. A figura do Zé Brasil de Monteiro Lobato é a personificação do camponês dos anos 1950, abandonado e entendido como preguiçoso, moribundo e outros muitos adjetivos que construíam a imagem de atraso na busca do Brasil Moderno de Juscelino Kubitschek.

> Se São Bernardo se tornaria o reduto fabril das firmas automobilísticas (chegando a ser chamada de "Detroit brasileira"), na personagem do sertanejo-migrante-operário, vicejaria a imagem do país – a um só tempo – economicamente forte e socialmente viável. Sem sua participação "na formação das grandes empresas", não seria alcançada a "independência financeira".[29]

Esse projeto de modernização incluía, não só transformar áreas estratégicas do interior paulista em grandes polos industriais, mas também reverter a imagem desse peão vadio – camponês – no principal colaborador do avanço da industrialização, o operário. Como Antônio Negro enfatiza, esse novo operário, por ser considerado sem instrução e dócil, não representaria também grandes problemas em relação à exploração da sua mão de obra.

[29] NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem**: o industrialismo automotivo e a Sindicalização dos Trabalhadores (1945-1978). Campinas: 2001, p. 49.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

As greves de 1978, no entanto, contrariam o argumento acima. Observou-se que, entre 1964 a 1975, a região do ABC recebeu grande influência de multinacionais que incluíam não apenas os moldes de produção norte-americanos e asiáticos, mas também maneiras de mobilização operária que atuavam como oposição a exploração do trabalhador[30]

Há de se considerar que os estudos acerca do movimento operário estão em constantes disputas de memória e verdade. A historiadora Ana Lima Kállas, autora do artigo *A repressão aos trabalhadores na Ditadura a partir da contribuição da História Social do Trabalho*[31] defende que, após as discussões da Comissão Nacional da Verdade - que, em certa medida, priorizou os militantes da luta armada e que demorou a reconhecer como atingidos os trabalhadores, tanto urbanos como rurais - viu-se uma renovação nos estudos acerca do movimento operário, principalmente entre 1964 a 1978.

A inserção da temática acerca da violência, perseguição e assassinato de trabalhadores e trabalhadoras no Relatório Nacional da Verdade, foi fruto também de lutas sociais que exigiam que esses sujeitos históricos viessem à luz. Os historiadores Larissa Rosa e Paulo Fontes, desenharam esse cenário e apontam que,

> Dentre os 13 Grupos de Trabalho organizados pela CNV, destaca-se o de "Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical" - não por acaso o último grupo a integrar a Comissão. Sua criação foi o resultado da pressão protagonizada pelas centrais sindicais para colocar o tema "trabalho e trabalhadores" na agenda de pesquisa sobre a repressão no período ditatorial. Nesse sentido, não é surpresa observar que os trabalhadores - um dos atores sociais mais expressivos da conjuntura política do pré-golpe -, têm sido razoavelmente negligenciados neste conjunto de análises mais recentes sobre o período.[32]

O período citado acima foi por muito tempo considerado vazio na experiência política desse grupo, visto que a direção do Sindicato estava de acordo, na maioria das vezes, com os projetos políticos, econômicos e sociais do Estado. A autora defende, entretanto, um equilíbrio no olhar entre o entendimento da estrutura que esses operários eram submetidos a viver e as experiências de resistências que estes encontravam para sobreviver.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

---

30 HIRATA, Helena. Trabalho, gênero e dinâmicas internacionais. **Revista da ABET**, v. 15, n. 1, jan- jun 2016.

31 KÁLLAS, Ana Lima. A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir da contribuição da História Social do Trabalho. **Tempos Históricos**, v. 21, 2017, p. 525-557.

32 ROSA, Larissa e FONTES, Paulos. As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 23, n. 43, 2016, p.2.

Percebeu-se uma virada historiográfica acerca destes grupos no final da década de 1970, em que, surpreendidos pelas greves de 1978 e 1979, observaram que os operários representavam um "sujeito político que articulava entendimentos de sua realidade e estratégias de luta no interior de um conjunto de constrangimentos diversos – de ordem econômica, disciplinar, burocrática, policial, etc"[33]. As experiências repressivas adotadas pelo Estado contra estas mobilizações também confrontam o discurso de reabertura política e abrandamento das políticas de violação dos Direitos Humanos.

Dos 437[34] assassinados pela Ditadura Militar, 53 foram operários e a maioria destes homicídios ocorreu durante a década de 1970[35]. Nesse sentido, confrontar a historiografia tradicional, que defendeu não só a falta de politização desse movimento durante o início dos anos 1970, mas que também não reconheceu a repressão dentro das fábricas, faz-se necessário, a fim de compreender que "muitas dessas violações transbordam a periodização do regime ditatorial militar, sendo típicas do capitalismo. Mas, o regime ditatorial as tornou sistemáticas, sendo realizadas pelo Estado em aliança com setores civis"[36].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

2.1. O movimento sindical dos anos 1970

Atrelando o movimento operário ao movimento sindical, a partir da segunda metade dos anos 1970, pode-se perceber uma construção ou uma reformulação do operariado paulista, principalmente da região do ABC. A obra de Eder Sader *Quando novos personagens entraram em cena* torna-se primordial por debater as características e ações de diferentes grupos que, ora em negociação, ora em disputa, compartilharam do sentimento de uma classe comum.

Como visto anteriormente, o sindicato não foi o único responsável pelo fortalecimento dos metalúrgicos do ABC, mas o seu apoio ao movimento operário reforçou a legitimidade desse grupo. Com o surgimento do "novo sindicalismo", os

---

[33] KÁLLAS, Ana Lima. A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir da contribuição da História Social do Trabalho. **Tempos Históricos**, v. 21, 2017.

[34] A CNV considera também um número maior de mortos como vítimas diretas ou indiretas da repressão, como índios, camponeses, trabalhadores mortos em acidentes de trabalho, etc.

[35] COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Textos Temáticos, Relatório, v.2. dez 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%202.pdf>. Acesso em: 23 jun 2020.

[36] KÁLLAS, Ana Lima. A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir da contribuição da História Social do Trabalho. **Tempos Históricos**, v. 21, 2017, p. 525-557.

temas de reivindicações foram além das questões salariais, mas abrangiam também a questão do tratamento da classe trabalhadora pelos empresários e pelo Estado. Além disso, o sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo,

> estimulou a formação de grupos de discussão e o surgimento de iniciativas descentralizadas, ao mesmo tempo que procurava ampliar suas próprias bases por meio de um trabalho sistemático de consulta e discussão cada vez que se apresentava um conflito[37].

Esse redirecionamento do Sindicato trouxe parte do movimento operário para dentro da instituição, visto a potencialidade de negociação que este construiu ao longo desta década, retomando a sensação de confiança dos trabalhadores. Eder Sader analisa este sindicato como um "centro de elaboração de experiências" dos operários que criaram um sentido de "resistência coletiva" dos mesmos, alterando posteriormente as relações de trabalho nas indústrias e no resto do país.[38]

Para além, Eder Sader entende que os agrupamentos operários partiram de "identidades vazias" para uma "agência de organização e mobilização dos trabalhadores na defesa dos seus direitos" na década de 1970, indo a confronto com a intervenção nos sindicatos em 1964, no qual se notava uma diretoria no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, preocupada com medidas clientelistas para aumentar a adesão dos trabalhadores no sindicato, tendo como resultado, poucas mudanças da situação e visão dos operários frente ao sindicato[39].

Analisando a diretoria sindical de São Bernardo de 1965 até 1975,[40] presidida por Paulo Vidal, pode-se perceber uma campanha de maior adesão sindical por parte dos trabalhadores, principalmente entre 1969-1972, com medidas consideradas clientelistas que se empenharam em melhorar a estrutura sindical e os serviços oferecidos pelos sindicatos, não só como forma de remodelar a instituição, mas também de maneira que oferecesse assistência na vida das trabalhadoras e trabalhadores. Uma dessas medidas foi a construção de uma nova sede do sindicato que representou a "pujança da identidade", mas também, a aparente condição de oferecer mais benefícios.

---

[37] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 66.
[38] SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
[39] Idem.
[40] Entende-se essa data como o início de uma diretoria alinhada ao Novo Sindicalismo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Na campanha salarial de 1976, no entanto, pôde-se perceber uma especificidade em relação às outras. Embora o sindicato se encontrasse ainda vigiado pelo Estado, por meio do controle exercido pelo Ministério do Trabalho, esse mesmo sindicato não abriu mão dessas estruturas institucionais para agir alinhado às burocracias exigidas por este mesmo Estado[41]. Notou-se um dinamismo da resistência operária no interior das empresas, diferentemente de um movimento que partia do sindicato para os trabalhadores, no qual denunciava a distância entre a instituição e os operários, mas também pressionava a tomada de ação do sindicato.

Como citado acima, é importante ressaltar o fortalecimento das comissões de fábrica e a defesa do papel do delegado sindical neste momento, que favoreceu a uma virada de atitude dos operários e das operárias, fruto de um incentivo de ações locais nas fábricas por parte não só do sindicato, mas, principalmente, advindo de um sentimento reivindicatório, partindo de questões particulares de cada núcleo fabril.

Já o ano de 1978 representou uma maior adesão dos operários em relação à sindicalização nas principais montadoras de veículos da região. Essa prática, no entanto, ainda era tida como perigosa, visto que os gerentes e patrões aplicavam represálias àqueles aos que decidiam se sindicalizar. Tais práticas ocorriam devido à associação entre empresários e Estado com intuito de coibir ações políticas que buscassem aumento[42] de direitos desses trabalhadores[43], como aponta Antonio Luigi Negro:

> Em acréscimo, esses dirigentes civis, militares e policiais entendiam que lhes era necessário uma "comunidade de informações", a fim de agir de modo entrosado. Suas ações deviam ser articuladas por um Centro de Coordenação localizado em Santo André. Sinteticamente, a ideia era mobilizar recursos humanos e materiais para mapear e neutralizar a presença dos trabalhadores nas fábricas, ainda que fossem frágeis protestos, rápidas paradas ou distribuição de panfletos e boletins. "Estávamos defendendo nossas empresas dos terroristas, da subversão", contou ao Globo Synésio de Oliveira, representante da Constanta. "O esquema era", ele resumiu sem maiores detalhes, "se houvesse um caso suspeito, comunicávamos à comunidade". O que a comunidade a seguir fazia não foi revelado.[44]

[41] Ver HUMPHREY, John. **Fazendo o milagre**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, 1983.
[42] Ou, em alguns momentos, apenas o mantimento de direitos.
[43] Ver COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Textos Temáticos, Relatório, v.3. dez 2014.
[44] NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo: verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade e Justiça,** CUT, 2015.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Entre as demandas levantadas na década de 1970, pode-se destacar o cumprimento das horas extras e do pagamento das mesmas. Nesse sentido, "o sindicato procurou explorar as possibilidades legais na defesa dos interesses dos seus associados, até alcançar algumas vitórias baseadas no princípio do descanso semanal remunerado e no limite diário de duas horas extras"[45].

O ano de 1978 foi, portanto, marcado por greves e mobilizações populares, processo que se desenrolava desde os anos de 1973 e 1974, no qual ocorreram diversas paralisações dentro das fábricas por operários com qualificação[46], que observaram o crescimento econômico decorrente da produção industrial metalúrgica e utilizaram este fator para barganhar melhores salários. Nesse sentido, "essas mobilizações certamente favorecem a formação de pequenos grupos incipientes de operários, que, no interior das empresas, se conscientizaram para a defesa de seus interesses coletivos"[47].

Por parte da diretoria sindical, esta apoiava as ações coletivas, mas temiam que as ações no interior das fábricas pudessem enfraquecer a importância do sindicato em relação às mobilizações, fazendo que houvesse uma crise interna do sindicato. Eder Sader afirmou que essas mobilizações deveriam ser encaradas "como portadoras de um potencial positivo, que o sindicato deveria saber assimilar"[48]. Dessa forma, aponta-se para o início de um sindicato aberto, com espaço de atuação para os operários ativos nas fábricas, integrando-os ou assimilando-os ao sindicato.

Neste contexto, autores apontam o surgimento do "novo sindicalismo" com reivindicações ligadas às demandas internas dos operários apoiadas pelo sindicato, diferente de um sindicato que compactua com as exigências do Estado ou dos empresários. A eleição de Luís Inácio Lula da Silva como diretor do sindicato em 1975 consolida essa tendência, "ele se propunha a estimular cursos de capacitação sindical e reuniões mensais para o debate de "grandes problemas que afetam a nossa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

[45] SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 291.
[46] Importante apontar que os trabalhadores com qualificação representavam um grupo com maior poder de negociação, visto que a oferta de mão de obra desses trabalhadores não era tão alta quanto os considerados sem qualificação.
[47] SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.292.
[48] Idem.

classe" convidando "técnicos e autoridades nos assuntos tratados"[49]. O movimento das comissões de fábrica e das associações de bairro rompe com a dependência da atitude do sindicato e estabelece a prioridade da ação do operariado apoiado pelo sindicato.

Como resultado dessa nova política sindical, entre os anos de 1978 e 1980 a sede do sindicato tornou-se um espaço público do operário, remodelando as ações individuais através do sentimento de sujeitos coletivos. Nota-se uma mudança de ação política reivindicatória por parte do sindicato e dos operários. Se antes, buscavam-se os meios jurídicos para negociar e o resultado era, costumeiramente, favorável aos patrões, agora, parecia consenso para sindicato e operários que os patrões só negociariam com as máquinas paradas.

Essa mudança de atitude foi fruto de várias pequenas ações que partiam dos operários em determinadas fábricas, no qual, o único papel do sindicato era o de apoiar. Nesse sentido, as greves de 1978 e 1979 representam essa tomada de ação coletiva dos operários com respaldo do sindicato. Eder Sader aponta que "foi preciso que: 1) a diretoria sindical passasse pela "prova de fogo" dessas greves, ganhando a confiança da classe; 2) a classe, através dessas lutas, alterasse o próprio espaço fabril, conquistando uma liberdade de movimento que não tinha antes".[50]

A relação entre operários e sindicato, no entanto, não se dava sem conflitos, como diz um operário entrevistado no documentário *Braços cruzados, máquinas paradas*,

> a princípio, nós não *queria* a participação do sindicato, porque queríamos ser nós mesmo. Porque como eles sempre dá o coro e não conseguem, ou conseguem reajuste baixo, nós não *queria* o sindicato. Mas a gente já *tava* bastante firme e disse assim "deixe eles vir até aqui", porque acontece o seguinte, não *é* eles, que a essa altura do campeonato vai conseguir com que a gente resolva com os patrões. Ai a gente falou "já que eles tão aqui, vão ter que entrar no bolo também, vão ter que defender a gente de qualquer jeito.

Nesse sentido, para o operário, o sindicato, aquele forjado pela ditadura e seu sistema repressivo, ainda apresentava-se como instituição externa às demandas dos próprios trabalhadores, mas concomitantemente, colocava-se como uma instituição alinhada com os operários, fazendo força política necessária para os

[49] SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 295.
[50] SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 292.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

momentos de negociação com os patrões. As atitudes dos operários, portanto, expressaram-se na autonomia e poder de ação. Essa mudança repercutiu na relação entre mulheres operárias, sindicato e fábrica tornando possível a discussão acerca das problemáticas específicas desse grupo.

2.2. As mulheres no sindicato

Neste seguimento da pesquisa, busca-se apresentar a situação das operárias do ABC paulista na década de 1970, estabelecendo conexão entre elas, o sindicato, a fábrica e as relações sociais vigentes.

As décadas de 1970 e 1980 mostraram um aumento expressivo da participação feminina nas fábricas. Com cita Elizabeth Lobo[51] "dados da DIEESE (1978) para o período 1970-1975 indicam que é o setor automobilístico (incluindo montadoras e empresas de autopeças), o que emprega o maior número de operários e de operárias do setor: 75% dos homens e 60% das mulheres". Neste subcapítulo, será possível desenvolver a ideia na qual a retomada dos sindicatos para as mãos dos trabalhadores, possibilitou um aumento da sindicalização tanto dos operários, quanto das operárias, que já representavam parte significativa da realidade fabril.

Esse aumento da participação das operárias no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tem como um dos resultados a organização do I Congresso da Mulher Metalúrgica de 1978, que questionou novas imposições do Ministério do Trabalho acerca do trabalho feminino, como o trabalho noturno, a desigualdade de salários entre homens e mulheres e a falta de creches, tornando essas trabalhadoras mais próximas dos espaços sindicais. Para além do Congresso, aponta-se a importância do Ano Internacional da Mulher estabelecido pela ONU em 1975, levantando questões pungentes dentro dos movimentos feministas, dentre elas, as condições de vida e trabalho das operárias.[52]

O livro de Elizabeth Souza-Lobo, de 1991, intitulado *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência* apresenta grande relevância para análise dos movimentos femininos e feministas em construção durante a década de 1970. A autora demonstra um olhar contemporâneo aos eventos analisados,

[51] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.127.
[52] Este evento será desenvolvido no segundo capítulo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

apontando o pioneirismo ao destrinchar relações de poder estabelecidas na época, não só entre patrões e operários, mas também, na esfera micro, entre operários e operárias.

A autora aponta quatro principais razões para a maior entrada das mulheres no mercado de trabalho durante as décadas de 1970 e 1980: a contribuição necessária no orçamento familiar, resultado da queda dos salários a partir de 1964; a criação de novos empregos, devido ao crescimento industrial que o Estado brasileiro estava vivenciando; decomposição da mão de obra por algumas empresas que necessitavam de mão de obra mais simples, não qualificada para trabalhos mais rotineiros e, consequentemente, mais baratos; e a criação de cargos de execução mais simplificados, ocupados preferencialmente por mulheres por questões que veremos mais à frente.

Para além desses fatores, cabe ressaltar que, após a crise de 1973, os empregadores preferiram contratar mulheres e menores de idades por serem profissionais os quais os salários eram abaixo dos salários dos homens, gerando menos custos de mão de obra e "que passam por menos agressivos na hora das negociações"[53]. Ou seja, a mão de obra feminina passou a ser preferida em relação a dos homens por motivos econômicos e políticos. Se, durante a década de 1970, os sindicatos tornam-se mais incisivos em suas demandas, empregar trabalhadoras que se mostrassem "menos políticas"[54], portanto, era uma medida importante para frear as mobilizações sindicais.

Nesse sentido, assistiu-se neste período uma defasagem do salário feminino em relação ao masculino, podendo chegar até 60% menor em relação ao salário dos homens[55]. Além disso, o salário médio masculino apresentava, ao longo dos anos trabalhados, um crescimento, enquanto das mulheres permaneciam estáveis.

A autora faz um alerta em relação às problemáticas que envolviam a destinação dos cargos de uma fábrica. Os cargos destinados para as operárias foram, em sua maioria, intitulados de semiqualificados ou sem qualificação, nos quais, justificavam-se os salários inferiores, mas que, na prática, as mesmas habilidades e funções dos cargos ocupados por homens eram demandadas, tornando o trabalho

[53] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.19.
[54] Na visão dos empregadores.
[55] Cálculos provisórios estabelecidos pelo DIEESE In LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

feminino menos valorizado apenas pela diferença de sexo do operador ou da operadora da função.

Para justificar o salário menor, as mulheres eram contratadas como auxiliares de determinado cargo. Desempenhavam, no entanto, a mesma função do funcionário pleno daquele cargo, independentemente do seu rendimento ou produtividade, mas com garantias de estabilidade no emprego enfraquecidas (por serem auxiliares) e com exigências de produção superiores aos homens (por não terem estabilidade no emprego).

Outra problemática do trabalho feminino fabril é a criação de um estereótipo da mulher operária como doce ou menos agressiva, desconsiderando resistências cotidianas que se diferenciavam da maneira pela qual os operários resistiam. Nesse sentido, a violência repressiva contra esses trabalhadores se diferenciava também em relação ao sexo. A violência aplicada na esfera do trabalho operário feminino perpassava pelo papel de subordinação em relação ao homem, como se os baixos salários e as não promoções fossem naturais numa sociedade que entende a mulher como inferior e subordinada ao poder masculino, a vida cotidiana das operárias está submetida a constantes perseguições, referente:

> as idas aos banheiros, ao consumo de cigarros e às movimentações no interior da fábrica, que se traduzem concretamente, por parte dos chefes, em punições frequentes, recriminações repetidas, ameaças ou palavras ofensivas[56]

Além disso, mensalmente era cobrada das mulheres a comprovação de que as mesmas haviam menstruado, através da prova de *modess* para que a empresa tivesse certeza que a operária não estivesse grávida. O *Suplemento Informativo dos Metalúrgicos*[57] de 1981 ainda denunciava essa prática, apontando que "teste é pra ver quem está menstruada, porque só virgens e solteiras podem trabalhar na metalúrgica Ultra"[58]. Percebe-se aqui não só a dominação da produção feminina, mas, principalmente, o controle sobre a reprodução, ficando a cargo de o patrão manter ou demitir mulheres que pudessem se tornar mães e terem custos a mais para a empresa.

[56] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.29.
[57] Revista de extensão do jornal *Tribuna Metalúrgica*.
[58] CENTRO DE MEMÓRIA do sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Suplemento Informativo dos metalúrgicos, 12 jan. 1981.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

A "prova do *modess*" é descrita pela operária Maria Aparecida Malavazzi, que assim contou:

> No exame médico para admissão, primeiro o médico me perguntou se eu era virgem. Eu disse que sim, com a maior cara de pau. Era casada e já tinha um filho, mas menti porque eles não admitiam mulher casada. Depois ele perguntou o dia da minha menstruação e a enfermeira anotou na minha ficha.[59]

Nesse relato, pode-se observar o caráter de controle sobre o corpo da operária, mas também chama atenção para a subversão da mulher, utilizando de manobras contra o sistema de

SUPLEMENTO INFORMATIVO
DOS METALÚRGICOS
170
ORGÃO INFORMATIVO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO E DIADEMA

'Prova do modess' na fábrica paulista

Teste é pra ver quem está menstruada, porque só virgens e solteiras podem trabalhar na metalúrgica Ultra

Julgamento de Lula é motivo de protestos

Fazendeiro escraviza seus trabalhadores

dominação da empresa e mostrando caminhos de burlar a "prova do *modess*".

[59] CENTRO DE MEMÓRIA do sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Suplemento Informativo dos metalúrgicos, 12 jan. 1981.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

FIGURA 2- SUPLEMENTO INFORMATIVO DOS METALÚRGICOS DENUNCIANDO A "PROVA DE *MODESS*"
Fonte: Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1981.

Além do encarregado da indústria, a metalúrgica Ultra admite não contratar mulheres grávidas pois "elas vão ficar paradas, sem produzir, durante meses", este ainda repassa a responsabilidade da "prova do *modess*" ao médico da empresa, apontando que essa prática não foi requisitada pela direção, mas que o médico possuía autonomia em seu cargo para exigir esse tipo de "exame.[60]

Ou seja, a divisão social e sexual do trabalho segue uma lógica que atinge diretamente a questão salarial, as promoções, a qualificação, a escala de funções, o controle da mão de obra e a reprodução através da dominação do corpo feminino. Nesse sentido, faz-se obsoleto estudar as esferas de produção sem centrar-se na esfera de reprodução que determina as condições de acesso ao trabalho e de efetivação do mesmo.

[60] CENTRO DE MEMÓRIA do sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Suplemento Informativo dos metalúrgicos, 12 jan. 1981.

Elizabeth Lobo afirma que "o capital não cria subordinação das mulheres, porém a integra e reforça"[61]. Nesse sentido, a autora tem como principal argumento a necessidade de sair do cotidiano fabril e olhar para as relações que envolvem o mundo externo a fábrica, visto que essa apenas reforça a divisão sexual já existente.

No caso das mulheres que buscavam se qualificar, essas eram consideradas excepcionais entre as operárias. No estudo de Elizabeth Lobo, a autora explica a sensação de competição entre elas, que classificavam as não qualificadas como "sem atitude", "paradas" ou "sem iniciativa", enquanto, as que eram qualificadas eram tidas como corajosas e comumente, associadas a características masculinas.

Pode-se perceber, no entanto, que o trabalho qualificado e o não qualificado, representam para essas mulheres uma ruptura do seu destino já pré-estabelecido pela sociedade, baseado nos cuidados da casa. Cabe ressaltar que havia exceções em relação a essa interpretação, como mulheres que viam o papel de donas de casa como privilégio e fuga da exploração da fábrica.

Para àquelas que tinham que dividir a sua rotina entre a casa e fábrica, no entanto, havia constantes preconceitos de seus empregadores, pois o *status* de mulher-operária-casada carregava possíveis momentos de licenças maternidades, nas quais os empresários não estavam dispostos a pagar. Nesse sentido, essas mulheres casadas ou com filhos sentiam-se constantemente inseguras com o medo do desemprego.

Frente à qualificação ou não dessas mulheres, pode-se notar o sentimento de desvalorização compartilhado entre elas, incorporando, em alguns momentos um discurso naturalizado de sexo inferior, ficando mais tensionado quando estas além de se auto desvalorizarem como mulheres, assim faziam também, como trabalhadoras. Nesse sentido, tornou-se mais complexo o processo de formação de uma identidade operária, dificultando as atitudes em defesa da classe e do gênero, e a participação em ações coletivas.[62]

Para além dessas dificuldades, ainda é possível apontar falas baseadas em pensamentos mais progressistas, que apresentem a consciência acerca da opressão dessas mulheres. O ponto comum entre os discursos é a demanda por um tratamento

[61] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.125.
[62] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.123- 210.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

mais humano, digno e respeitoso por parte das suas chefias e companheiros de trabalho[63].

Analisando as operárias e a sua integração ao sindicato, percebe-se o crescimento da taxa de sindicalização e as suas participações nas lutas dos anos 1970 e 1980. Inicialmente, Elizabeth Lobo aponta, como hipótese do aumento da taxa de sindicalização, a proporcionalidade do aumento do emprego feminino, pelo menos na indústria metalúrgica, levando em consideração, também, a mudança de política deste sindicato.

O aumento da sindicalização feminina, no entanto, está atrelado também ao fortalecimento do movimento social das mulheres na década de 1970. Movimento que englobou uma gama de pautas ligadas ao processo de luta pela redemocratização, passando pelas demandas por melhoria das condições de vida, a luta contra a carestia - englobando reivindicações por mais creches e "o problema da igualdade de direitos entre homens e mulheres", representado na campanha do Ano Internacional da Mulher, em 1975.

A partir de 1976, a taxa de sindicalização aumentou mais entre as mulheres do que dos homens, isso aponta claramente uma mudança das relações entre operárias e o sindicato, na qual, estas passaram a olhar para o sindicato como uma instituição de negociação aberta a elas, como apontado também nos estudos da socióloga Elizabeth Lobo[64]. Essas questões contribuíram para aumentar a conscientização acerca da potência e força das reivindicações das mulheres no âmbito sindical, social, político e econômico.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

[63] Ver exemplares do jornal "Nós mulheres". Exploraremos melhor essas narrativas no capítulo III deste trabalho.
[64] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.136.

TABELA 2

Crescimento de sindicalização entre 1978 e 1979 e taxa anual de crescimento da força de trabalho entre 1976 e 1979 no Estado de São Paulo para alguns setores de atividades, discriminados por sexo.

	Crescimento (%)		
	Homens	Mulheres	Total
Sindicalização:			
Urbana	6,2	9,6	6,9
Indústria têxtil	5,3	4,9	5,2
Indústria metalúrgica	7,1	12,8	7,7
Força de trabalho:			
Indústria metalúrgica	–	5,9	3,9
Indústria total	3,4	5,8	3,8

Fonte: Souza-Lobo *et al.* (1983:5).

TABELA 1- CRESCIMENTO DE SINDICALIZAÇÃO
Fonte: LOBO, 1991, p.5.

O setor dos metalúrgicos representava uma importante renovação do sindicalismo brasileiro, como já dito anteriormente. Este sindicato se estruturou em torno das pautas relacionadas às condições dignas de trabalho. Através do olhar mais cuidadoso acerca da potencialidade da participação sindical feminina, o mesmo passou a atingir e integrar mais as mulheres e promoveu, de maneira inédita, o Congresso das Trabalhadoras Metalúrgicas em 1978.

Para entender esse movimento, faz-se necessário analisar a composição deste sindicato. Pode-se observar que dentro da indústria metalúrgica do ABC, as mulheres possuíam ainda uma pequena participação (9%) por ser um setor marcadamente masculino, diferente dos setores têxteis, por exemplo, que possuía em sua maioria, operárias. Em se tratando da taxa de sindicalização dessas metalúrgicas, no entanto, elas representavam 2/3 do sindicato, com perfis de serem mais velhas, mais antigas nos seus empregos e cargos, e mais qualificadas, mostrando que a sindicalização feminina era escolhida por aquelas que se sentiam mais seguras e estáveis no emprego[65].

Inseridas no sindicato, as pautas femininas não eram relacionadas apenas a diferença de tratamento que recebiam dentro das fábricas, mas também questionavam a participação política sindical. Um dos motivos da baixa participação ativa das mulheres no sindicato era a dupla função da operária (um problema da mulher brasileira, não restrito à operária), que tinha de ficar após o seu

[65] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.123 - 210.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

turno de trabalho, em casa com seus filhos, cozinhando jantar e arrumando a casa, enquanto os homens estavam livres desse trabalho e disponíveis para participar das políticas sindicais, já que havia quem cuidasse dos afazeres domésticos.

Além disso, o Ministério do Trabalho propôs a legalização do trabalho noturno feminino, causando um grande movimento contrário, vindo tanto das operárias, quanto dos operários que acreditavam que seriam substituídos por operárias, e viam a estrutura familiar ameaçada com a mulher fora de casa no período da noite, sem cumprir seu papel social de mãe e esposa.

O jornal sindical *Tribuna Metalúrgica* transpareceu esse pensamento acerca do trabalho noturno feminino, ao salientar que o mesmo "significa enviar as mulheres às fábricas e os homens ao lar, numa incrível inversão de papéis"[66]. Além disso, o jornal afirma a necessidade de integrar as mulheres no movimento sindical a fim de reforçar as lutas dos homens. Esses argumentos expressados pelos operários mostra a percepção desses homens de que a luta de classes tinha um perfil masculino.

As metalúrgicas mostraram-se, por outro lado, insatisfeitas não só contra as empresas que trabalhavam, mas também frente ao sindicato que defendia uma ideia de unidade de classe e não aderiam, inicialmente, as pautas específicas das mulheres, denunciando que a unidade operária era notadamente masculina. Elizabeth Lobo afirma,

> Dessa forma, as reivindicações que põe em evidência o caráter sexista da dominação exercida sobre as mulheres na fábrica, são completamente ocultadas sob a generalidade das reivindicações "unificadas"[67]

É importante apontar, no entanto, que mesmo com diversas questões contra o sindicato, este ainda é um instrumento de apoio às demandas femininas, assim como a imprensa sindical que torna pública as suas reivindicações. Ou seja, essas operárias não abrem mão do sindicato, mas também lutam por mudanças por meio e por dentro dele.

Percebe-se, portanto, que o ato de tornar-se operária sindicalizada não significa de fato que essas operárias teriam *a priori* efetiva participação sindical.

[66] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.123 - 210.
[67] Idem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Ou seja, para além da sindicalização, as operárias teriam que buscar esforços para atuar de maneira ativa dentro da estrutura do sindicato.

Nesse sentido, a restruturação sindical teve que levar em consideração o cotidiano feminino, incluindo a rotina da dupla jornada, mas buscando, junto às mulheres romper com esse costume. O papel que o sindicato deveria assumir para assimilar a participação feminina seria, portanto, compreender o seu cotidiano, levando em consideração o problema da dupla jornada, sem normatizá-lo ou naturalizá-lo.

Através dessas demandas, percebe-se, portanto, a formação de um feminismo operário como classifica Elizabeth Lobo, ou um "feminismo de massa". Nesse movimento, apoiado, inicialmente pelo sindicato, pode-se perceber uma ambiguidade na iniciativa do mesmo ao organizar o Congresso das Mulheres de 1978.

Se por um lado o sindicato buscava adesão feminina na luta de classe, com objetivo de fortalecimento da entidade, por outro lado, eles não previam que a organização das operárias traria uma pauta específica crítica a um movimento sindical que excluía ou menosprezava as mulheres.

Com a emergência da possibilidade de aprovação do trabalho noturno feminino, o sindicato mostrou-se contrário. Os argumentos do sindicato, todavia, baseavam-se na defesa do papel social da mulher na sociedade patriarcal, apontando que o trabalho noturno impossibilitava o trabalho da mulher no lar. Percebe-se aqui a ambiguidade do sindicato em relação ao papel das mulheres e das trabalhadoras, pois ao mesmo tempo em que apoiava a realização do Congresso das Mulheres Metalúrgicas, utilizava também o discurso patriarcal, entendendo que a participação das mulheres era simplesmente complementar à luta dos homens.

Se o sindicato pretendia que congresso fosse de caráter feminino e não feminista, no entanto, o que se pôde observar é que o evento promoveu não só o encontro dessas mulheres, mas também construiu a ideia de classe de operárias, através de duas principais medidas, segundo Elizabeth Lobo: a formação de comissões femininas, que assumiram a conversa entre sindicato e operárias; e a integração das operárias mais combativas na estrutura sindical. A autora aponta, entretanto, que "a separação entre sindicato e operárias se reproduziu e os esforços

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

de integração não ultrapassaram o quadro simbólico de uma mulher na direção sindical, sempre em cargos secundários".[68]

Para compreender melhor a formação da "classe mulher", portanto, faz-se necessário o entendimento da construção da consciência política do "ser mulher" no Brasil após o golpe civil-militar de 1964.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

[68] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p.70.

3. O movimento feminista nos anos 1970

3.1. A formação do movimento feminista brasileiro

Este capítulo tem por objetivo reconstruir os caminhos traçados pelo movimento feminista brasileiro a partir da Ditadura Militar, com intuito de analisar os efeitos do Ano Internacional da Mulher estabelecido em 1975 pela ONU. Entende-se que este ano foi um marco da história do feminismo não só no mundo como no Brasil, estabelecendo novos desafios e perspectivas ao movimento. Para tal entendimento, no entanto, faz-se necessário compreender o processo de formação deste levante social.

O movimento feminista brasileiro sofreu intensas influências do movimento feminista norte-americano e europeu durante a década de 1970. No contexto externo, enfrentava-se a Guerra do Vietnã, na qual a juventude norte-americana recusava-se apoiar tal participação e, na França, assistiu-se às revoltas socialistas ocorridas em maio de 1968. Esses acontecimentos geraram uma efervescência de temáticas culturais ligadas às questões de gênero, classe e raça.

A geração de 1960 desafiou e questionou os valores conservadores da organização social, colocando em questão as relações de poderes no âmbito público e privado[69]. É nesse contexto, que se assiste o fortalecimento do feminismo como movimento social e acadêmico, constituído por intelectuais como Beth Friedman e Simone de Beauvoir.

No Brasil, viveu-se um momento político único de Ditadura Militar e supressão dos direitos civis. Nesse sentido, produziu-se um movimento feminista diverso em termos ideológicos. Se, por um lado, desenvolveu-se o movimento de mulheres de classe média, ligadas a UDN, com pautas voltadas ao desenvolvimento profissional feminino, de outro lado, observa-se um movimento feminista com apoio dos setores populares como o operariado urbano, Igreja e partidos que estavam na ilegalidade como PTB e PCB[70].

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

[69] PINTO, Célia. O novo feminismo nasce na Ditadura. In: **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005,p. 43.

[70] BIROLI, Flávia. **Movimento Feminista**. Verbete, FGV CPDOC, 2009. Disponível em:< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>. Acesso em 12 mar 2020.

No ano de 1968, intensificou-se a violência de Estado representado judicialmente pelo estabelecimento do Ato Institucional nº 5, que suprimiu os direitos políticos e civis. Nesse sentido, como observa a historiadora Célia Pinto, "a censura extrapolou a questão política e chegou com muita força às questões ditas morais e de costumes"[71]. Pode-se perceber, nesse contexto, o cerceamento dos movimentos sociais pelo Estado e uma resposta de intensificação desses movimentos frente à censura estabelecida.

Enquanto os movimentos feministas, norte-americano e europeu, estavam cada vez mais fortalecidos, o "feminismo"[72] brasileiro viria a enfrentar, não unicamente as questões de gênero, mas também temas específicos do contexto nacional como a luta pela anistia, redemocratização e o fim da censura.

Desde o final do século XIX, mas principalmente depois dos anos 1930, o Brasil assistiu a uma mobilização crescente das mulheres em prol da conquista de direitos civis. Nesse cenário, destacou-se Bertha Luz, que encabeçou a campanha do voto feminino e foi uma das primeiras mulheres eleitas no Brasil. Esse momento foi compreendido pela sociologia, através de "caixas" de análise, representada pela ideia de ondas do feminismo. Importa aqui, analisarmos para além desse olhar estruturante e cronologicamente linear.

Na segunda metade do século XX, observou-se o aumento das reivindicações acerca das pautas relacionadas à inserção da mulher no mundo do trabalho questionando diferença salarial, a autonomia feminina sobre o próprio corpo, a questão da violência domiciliar, entre outros temas que antes eram considerados privados, mas que a partir de então, ganharam espaço e mobilização pública.

Neste processo de crescimento das demandas feministas surgiu, no Brasil, o movimento das mulheres, que se diferenciava do movimento feminista já citado. O movimento das mulheres trabalhadoras defendia pautas a partir da condição de donas de casas, esposas e mães, salientando que as problemáticas do ambiente privado deveriam transbordar para o mundo público. Já o movimento feminista, colocava em cheque a condição de opressão da mulher, questionando a autonomia

[71] PINTO, Célia. O novo feminismo nasce na Ditadura. In: **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.43.

[72] Colocam-se aspas para dar a dimensão de um grupo em crescimento, sem consolidação sócio-política.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

do corpo, o aborto, as diferenças salariais (a luta por equidade salarial ou equiparação), pautas nas quais não determinavam o lugar social da mulher, mas a sua opressão definida pelo papel que o sexo feminino ocupava na sociedade.

O movimento das mulheres obteve bastante adesão a partir da luta contra os altos custos de vida nas décadas de 1940 e 1950, obtendo apoio de mulheres operárias, donas de casa e de condições econômicas baixas. Assim, o movimento feminista, colocado em perspectiva ao movimento das mulheres, foi visto na sociedade brasileira como um movimento ligado às pautas da redemocratização[73],

> O feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um dificílimo paradoxo: ao mesmo tempo em que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a Ditadura Militar no Brasil, foi visto pelos integrantes da mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês.[74]

Via-se, portanto, uma divisão entre um feminismo de elite ligado a questão da condição da mulher e um feminismo popular ligado a questões de sobrevivência, classe, gênero e raça. Essa divisão tornou-se clara na fundação do Conselho Nacional da Mulher em 1966, com a liderança de Romy Medeiros, que possuía apoio das elites do regime e de instituições privadas para o seu mantimento, mostrando, assim, a relação entre o movimento e os setores privilegiados do capital. No artigo *Os direitos civis das mulheres casadas no Brasil entre 1916 e 1962, ou como são feitas as leis*75 de Teresa Cristina de Novaes Marques e Hildete Pereira de Melo, as autoras citam:

> Favoráveis a reformas nos direitos das mulheres casadas, havia os protagonistas masculinos, e as advogadas e feministas Romy Martins Medeiros da Fonseca (1921) e a já mencionada Orminda Ribeiro Bastos, integrantes do Instituto dos Advogados do Brasil (doravante IAB). Juntas, escreveram o texto preliminar da lei do senador Mozart Lago, apresentada em 1952, relativo à incapacidade jurídica das mulheres casadas (...). Em outras palavras, não importa quão empenhada estivesse a diplomacia de um país em promover reformas modernizantes; a única arena política relevante para mudanças nos direitos civis continuava a ser a doméstica. Qualquer proposta de alteração no quadro das leis civis, para ter sucesso, necessita de um movimento de opinião pública favorável, associado à simpatia de atores

[73] Ver BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino**, v.25, n.1, 2012.

[74] PINTO, Célia. O novo feminismo nasce na Ditadura. In: **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.45.

[75] Título em inglês: *Civil rights for married women in Brazil, from 1916 through 1962. Or better, how laws are made.*

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

> políticos. Como se vê na trajetória política de Romy Medeiros e Nelson Carneiro, insistência também contava a favor.

Ainda ligado a esse movimento vindo de uma elite econômica brasileira, destacou-se a formação de grupos feministas privados, formados por mulheres que se encontravam em casa e discutiam questões pessoais referentes a problemas de gênero, além da análise e do debate crítico de textos que estavam em voga na época, esses grupos inspiravam-se no movimento feminista norte-americano, que teve como formação essa estrutura descrita acima.

A partir da experiência do exílio na Europa, assim como em alguns países da América do Sul, as militantes buscaram criar redes de solidariedade entre mulheres brasileiras, mas também participavam ativamente dos grupos feministas locais de cada região, como o Grupo Latino-americano de Mulheres em Paris, criado por Danda Prado, assim como o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, fundado em 1975. Nestes grupos discutia-se desde questões polêmicas como: o planejamento familiar, que envolvia a questão da contracepção e do aborto, no âmbito da situação política no Brasil; a luta pela anistia; e estendiam-se até pautas mais práticas do cotidiano das mulheres, como a questão das creches.

> (Esses) grupos que já vinham se reunindo informalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro desde a primeira metade dos anos 1970 — compostos por mulheres de diferentes gerações, de formação universitária e pertencentes a camadas sociais privilegiadas — estabeleceram contato pela primeira vez, na perspectiva de aproveitar a cobertura e a proteção de um organismo internacional para promover a questão da mulher no Brasil.76

A pauta sobre a creche aponta o caráter prático da vida de uma mulher trabalhadora. Para além da necessidade de possibilitar que a mulher se mantenha no mercado de trabalho, a criação de creches públicas promove a participação do Estado na educação de futuros cidadãos ativos política e economicamente. Nesse sentido, a creche é a materialização de instituições de apoio educacional e estrutural

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

76 BIROLI, Flávia. **Movimento Feminista**. Verbete, FGV CPDOC, 2009. Disponível em:< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>. Acesso em 12 mar 2020.

que permitem que o processo educativo das crianças seja responsabilidade compartilhada entre família, Estado e sociedade.77

Assim, Reny Schifino defende que o direito à creche demonstra uma experiência de cidadania para a mãe que possui uma dupla exploração de trabalho: em casa e na fábrica. Os grupos feministas, principalmente relacionados com a questão do trabalho, possuíam em suas bandeiras o *slogan* "o filho não é só da mãe" apontando essa necessidade de dividir o dever educacional a outros atores sociais. O direito a creche é, portanto, um dos fatores que, unido a questões como direito ao aborto, divisão das tarefas domésticas, salários iguais para funções iguais, estabelece uma rachadura na divisão sexual do trabalho, no qual a mulher produz e reproduz.78

3.2. A importância do acesso à creche

> NM: aqui tem creche? - Creche? Nem refeitório, quanto mais creche! NM: Vocês sabiam que existe uma lei que diz que as fábricas com mais de 30 mulheres de acima de 16 anos de idade são obrigadas a ter creche? - Sabia, mas aqui não tem. E aqui tem mais de mil mulheres casadas com filhos. Tem mais mulher do que homens.79

Uma recorrente demanda levantada dentro dos congressos de mulheres ou em núcleos de debates feministas e nas associações de mulheres de bairros foi a problemática do acesso à creche. Para esse debate faz-se necessário recorrer à pesquisa de Reny Schifino acerca desta pauta, em relação à realidade do município de Santo André, que vivenciou, nos anos de 1970, um momento de aumento do número de mulheres trabalhando nas fábricas sob as condições já observadas aqui.

Acerca do debate sobre o acesso à creche, este se mostra latente, visto que a demanda da maternidade faz-se mais presente do que a demanda da paternidade. Isso pode ser explicado a partir da construção social dos papéis de gênero, no qual o cuidado da casa e a educação das crianças ficam direcionados à mulher, no meio

77 TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches In: **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2015..

78 SCHIFINO, Reny Scifoni. Direito à creche: um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André. In **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2015..

79 NÓS MULHERES. Elas produzem comodidade, n.6, 1977.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

privado. Enquanto isso, o trabalho, seja ele intelectual ou físico, - mas que, principalmente, tenha como objetivo prover os meios de sobrevivência como comida, casa e saúde - está destinado ao ofício do homem. A problemática apresenta-se aqui, quando a mulher, por necessidade, vontade ou libertação passa a trabalhar e prover tanto quanto o homem, mas ainda assumindo a responsabilidade sobre cuidado do meio privado, como explicado no jornal *Nós mulheres*,

> Elas acordam pouco depois das 4 horas da madrugada (o marido ainda dormindo), preparam o almoço, debulham o milho, apanham água. Às 6 horas vão para roça com os maridos, aonde trabalham em pé de igualdade até tardezinha. Às 8 horas os maridos já estão dormindo e elas continuam realizando as tarefas domésticas. À noite acordam para olhar os filhos. E assim o lar é o lugar que elas trabalham de segunda a domingo.80

Estabelece-se, portanto, uma relação intrínseca entre trabalho feminino e necessidade de espaços institucionalizados destinados para os cuidados das crianças, como creches, espaços de convivência infantil ou escolas. Nesse sentido, ter direito ao acesso à creche representa uma experiência de cidadania[81] na qual a mulher consegue trabalhar, prover e atuar socialmente e economicamente na sociedade, sem que haja uma renúncia da maternidade. A garantia do acesso à creche, no entanto, não exclui o mantimento da dupla função (trabalho e casa), pois a responsabilidade de alimentar os filhos e marido, limpar a casa e acompanhar os filhos nas próprias creches, mantém-se nas mãos das mulheres, ou seja, mantém-se a dupla exploração.

Uma das principais questões levantadas pelo movimento feminista foi, portanto, a exigência de creches públicas próximas ao local de trabalho da mulher. A primeira política pública relacionada à educação de crianças, no entanto, só iria aparecer na Constituição de 1988[82].

Apesar do direito à creche e a educação infantil terem sido estabelecidos constitucionalmente apenas em 1988, pode-se perceber uma grande contribuição do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

---

80 LINS, Zulmira. Cartas: Mulher, deusa do lar? **Nós Mulheres**, n.6, 1977.

81 SCHIFINO, Reny Scifoni. Direito à creche: um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André. In **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2015.

82 Ver: BRASIL. Constituição (1988). Capítulo III: Da educação, da cultura e do desporto. Seção I, da educação. Disponível em: <http://www.mpgo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf>. Acesso em: 06 jul 2020.

movimento das mulheres metalúrgicas do ABC em seu primeiro congresso em 1978, quando levantaram a bandeira do acesso à creche. Elizabeth Lobo aponta que,

> O aumento do emprego feminino em diferentes ramos industriais aliado ao descumprimento das empresas com a assistência a seus filhos e filhas desde a criação da CLT em 1943 e, potencializado pela pressão e luta das mulheres organizadas desde 1975, Ano Internacional da Mulher, no qual a discussão sobre a opressão das mulheres ganhou visibilidade, foram alguns dos fatores que marcaram esse pioneiro evento que se tornou ponto de partida para um ciclo de outros congressos de mulheres, nos quais as denúncias e as reivindicações se revelaram idênticas.[83]

A participação sindical feminina e o crescimento dos movimentos feministas favoreceram e fortaleceram o movimento para a democratização do acesso à creche, argumentando que esta instituição não era apenas um lugar para deixar os filhos, mas um ambiente educacional para as crianças brasileiras, fazendo que o Estado fosse pressionado a assumir essa responsabilidade no processo formativo desde a primeira infância.

Como reunião dessas pautas em território brasileiro, pode-se destacar o I Congresso da Mulher Metalúrgica do ABC em 1978, que representou a consolidação dessas discussões direcionadas ao acesso a creche. Para além, foram denunciados diversos não cumprimentos das normas da CLT, que determina:

> Art. 389. Toda empresa é obrigada:
>
> I - a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente;
>
> II - a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico;
>
> III - a instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa, e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possam as empregadas guardar seus pertences;
>
> IV - a fornecer, gratuitamente, a juízo da autoridade competente, os recursos de proteção individual, tais como óculos, máscaras, luvas e roupas especiais, para a defesa dos olhos, do aparelho respiratório e da pele, de acordo com a natureza do trabalho.
>
> § 1º Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local

[83] LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991, p. 123-210.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

> apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação. (Vide art. 7º, XXV da Constituição Federal de 1988)
>
> § 2º A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA, ou de entidades sindicais. (Artigo com redação dada pelo Decreto-Lei nº 229, de 28/2/1967)[84]

Nesse sentido, nota-se não só o descumprimento das normas estabelecidas na CLT em vigor, mas também, percebe-se, através das falas das operárias, um silenciamento das questões do trabalho feminino dentro do sindicato, com a justificativa de haver questões prioritárias. Com a confluência entre a alta insatisfação das operárias em relação ao sindicato, Estado e fábrica, atrelado ao crescimento de um movimento feminista preocupado com as demandas do trabalho feminino de fábrica, se fortalece cada vez mais a presença de operárias em espaços políticos/públicos.

Inspirado nos grupos feministas europeus e norte-americanos que se encontravam em espaços privados, nos moldes de pequenos encontros, surgiu em São Paulo, em 1972, o primeiro grupo que permaneceu ativo até 1975. Célia Pinto afirma que o período do início dos anos 1970 representava um momento de "vazio político" para os grupos contrários a Ditadura Militar. Visto a derrota da luta armada e o aumento das torturas, a autora afirma que "havia muita coisa a ser feita, mas sem nenhuma possibilidade de ação", apontando a necessidade de o movimento feminista começar dentro do âmbito privado, e com seu fortalecimento, ir ganhando as ruas.[85]

Nesse contexto, apresentava-se um dos grandes diferenciais do feminismo no Brasil. O enfrentamento das questões de gênero passou a se relacionar com as pautas da redemocratização, fim da violência de Estado, portanto, com as lutas pelo fim da Ditadura Militar, como já apontado anteriormente. Célia Pinto afirma que, "enquanto no resto do mundo ocidental as mulheres procuravam discutir a sua

[84] BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Lex-Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-normaatualizada-pe.html>. Acesso em: 06 jul 2020.

[85] PINTO, Célia. O novo feminismo nasce na Ditadura. In: **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.50.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

posição na sociedade, seu corpo e seu prazer, um punhado de mulheres brasileiras faziam isso, mas pedindo desculpas".[86]

Nesse sentido, o feminismo sofreu com a reprovação e falta de apoio tanto dos grupos conservadores de extrema direita, que entendiam o movimento como radical, anticapitalista e ameaçava a hegemonia masculina, quanto dos marxistas que viam o movimento como um desvio da luta mais urgente, sendo esta a do operariado, além de se sentirem desafiados com os questionamentos das mulheres em relação às lideranças masculinas dos grupos de esquerda.

3.3. O ano de 1975

Chegado o ano de 1975 com grupos feministas fortalecidos, através de uma imprensa alternativa dedicada às questões de gênero[87] e grupos de exiladas brasileiras estabelecendo conexões com movimentos feministas da Europa, dos Estados Unidos e de alguns países da América Latina, pôde-se perceber um amadurecimento do movimento incentivado pela ONU com o estabelecimento do ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. A partir de então, o feminismo brasileiro passa a sair do âmbito privado e tomar o espaço público, ganhando visibilidade.

Joana Pedro e Cristina Wolf, no artigo *Nosotras e o Círculo de Mulheres Brasileiras: feminismo tropical em Paris*, apontam para um fortalecimento do feminismo após o ano de 1975, não só pela determinação como Ano Internacional da Mulher pela ONU, mas também pelo começo da volta de militantes exiladas para o Brasil, trazendo novas formas de mobilização para a realidade brasileira. As autoras apontam que,

> É possível estabelecer três etapas do feminismo que se desenvolveu no Brasil: 1) anterior a 1975, composto por mulheres intelectualizadas, que trouxeram do exterior livros, artigos e ideias do feminismo que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos; 2) a partir de 1975, com a instituição pela ONU do Ano Internacional da Mulher, um feminismo controlado pelos grupos de esquerda que lutavam pelo fim da ditadura e pela anistia; 3) a partir do final da década de 1970, com o retorno das exiladas e o estabelecimento de diálogos mais fortes entre os

[86] PINTO, Célia. O novo feminismo nasce na Ditadura. In: **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p.51.

[87] Será dedicado um subcapítulo a analisar à imprensa alternativa feminista no Brasil na década de 1970.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

feminismos no Brasil e o movimento internacional. 88

As autoras afirmam que, anteriormente ao ano de 1975, o feminismo era constitutivamente formado por mulheres intelectuais, influenciadas pelas leituras e debates norte-americanos e europeus. Vale, nesse sentido, salientar que Joana Pedro e Cristina Wolf defendem que o movimento de direitos das mulheres, constituiu-se como movimento social a partir da década de 1970, não excluindo qualquer manifestação político-social acerca da problemática das mulheres, anterior a essa data.

Como já apontado neste trabalho, há, portanto, uma significativa diferença entre o movimento feminista analisado aqui e o movimento das mulheres, no qual as autoras apontam em nota:

> Estamos entendendo como movimento feminista as lutas que reconhecem as mulheres como especificamente e sistematicamente oprimidas. É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação. Como movimento de mulheres, entendemos movimentos cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres. Trata-se de movimentos sociais cujos componentes são, em sua maioria, mulheres.89

Internacionalmente, foi criada a I Conferência das Mulheres pela ONU no México, dedicada a estudar e discutir as maneiras pelas quais as questões das mulheres deveriam se tornar públicas. No Brasil, foi incentivado pela imprensa alternativa e os grupos privados feministas a criação de eventos comprometidos com a questão das mulheres brasileiras. Observa-se nesse momento que, junto ao engajamento das mulheres intelectuais, de classe média e militantes de esquerda, está o questionamento das operárias acerca das condições de trabalho feminino.

Acerca do Ano Internacional da Mulher, ocorrido no México em março de 1975, destaca-se a publicação do relatório da Unesco, no qual trata de diversas pautas levantadas durante a conferência. Uma das principais pautas foi o lema do "trabalho igual, salário igual", no qual o relatório aponta a importância da mão de obra feminina na economia global, enfatizando que "*las mujeres constituyen más*

[88]PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o círculo de mulheres brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.
[89] Idem, p.59.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

de um tercio de la población económicamente activa del mundo entero; 46 de cada 100 mujeres em edad de trabajar (de 15 a 64 años) forman parte de la fuerza de trabajo".90

Percebe-se que este evento reiterou demandas importantes tanto para o movimento feminista, quanto para as mulheres trabalhadoras, trazendo força a nível mundial. Em outra coletânea de artigo do relatório publicado pela Unesco, encontra-se um artigo apontando a dupla jornada das mulheres, defendendo a proteção e os direitos da mulher grávida. O caráter transnacional dessas demandas será sentido e incorporado pelas militantes feministas na realidade brasileira.

São observadas, no contexto específico de Ditadura Militar no Brasil, algumas tentativas de repressão dos encontros e dos centros feministas que passaram a ser realizados com cautela, tendo em vista a visibilidade que esses movimentos ganharam com o estabelecimento do Ano Internacional da Mulher na ONU. Adaptou-se o discurso internacional com a demanda brasileira, construindo um movimento que estava comprometido com o fim da Ditadura Militar, mas também com as demandas das mulheres trabalhadoras. Nesse contexto, vale ressaltar, a fomentação do estudo deste movimento dentro das academias, construindo um feminismo acadêmico, já bem estabelecido nos Estados Unidos.

Célia Pinto exemplifica as relações que estavam assim se estabelecendo,

> O encontro do feminismo à moda do Primeiro Mundo com a realidade brasileira daquela década promoveu situações tão complicadas quanto criativas: as mulheres de classe média, intelectualizadas, que estiveram nos Estados Unidos e Europa como exiladas, estudantes ou simples viajantes em busca de novas experiências, voltavam pro Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que o antigo papel de mãe, companheira, esposa não mais serviam.

Nesse sentido, percebe-se um movimento que tem como princípio fundador a internacionalização das questões de gênero. Ainda encontrou-se, no entanto, dificuldade de estabelecer-se um feminismo que dialogasse de maneira mais horizontalizada com os movimentos populares, como com as operárias. A tentativa de aproximação dessas mulheres dar-se-á por meio dos sindicatos, que entendem o feminismo nascente dos anos 1970 como um caminho de trazer o engajamento

90 REVISTA EL CORREO DE LA UNESCO. Una ventana abierta al mundo, n.9, mar. 1975, p.10.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

dessas operárias, com intuito de fortalecer a luta sindical ainda mais. Essa aproximação dar-se-á a partir de 1977, quando se promove o I Encontro da Mulher que trabalha no sindicato dos aeroviários[91] dando início a uma série de congressos e encontros dedicados a mulher trabalhadora.

3.4. A imprensa alternativa feminista

Como visto anteriormente, foi de profunda importância a atuação da imprensa feminista alternativa para divulgação dos ideais, dos encontros, dos congressos e das denúncias relacionadas às questões da dignidade da mulher brasileira. A partir desta perspectiva, pode-se destacar a relevância de dois jornais atuantes durante os anos de 1970: o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. Ambos tiveram uma maior participação no fortalecimento do movimento feminista a partir de 1975, com incentivo político e "licença" diplomática da ONU.

Diferentemente dos jornais e revistas produzidos pela esquerda brasileira durante a Ditadura Militar, estes não foram, em nenhum momento, considerados subversivos ou colocados no campo da ilegalidade. Este fato não se dá por esses jornais não abordarem assuntos que incomodavam o governo militar, pelo contrário, temas como legalização do aborto, processo de anistia, apoio aos presos políticos e luta por direitos trabalhistas estavam presentes nas edições desses jornais. Como dito anteriormente, no entanto, a declaração do Ano Internacional da Mulher instituída pela ONU colocou a prerrogativa diplomática acima dos interesses de cerceamento da imprensa feminista dos generais.

O jornal *Brasil Mulher* foi o primeiro jornal da imprensa alternativa feminista a apoiar abertamente a campanha da anistia. Com apoio da Associação Brasil Mulher, este jornal utilizava da sua veiculação para difundir os debates estabelecidos pela fundação92. Seu período de publicação dar-se-á entre 1975 e 1980 e tem como direção principal a jornalista Joana Lopes93. Já em sua primeira publicação a diretora do *Brasil Mulher* une-se à liderança do movimento pela

[91] PINTO, Célia. O novo feminismo nasce na Ditadura. In: **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
[92] TAMIÃO, Juliana. Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). Dissertação (Mestrado) - PUC-SP. São Paulo, 2009.
[93] Ver DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher**: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. Porto Alegre:2002..

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

anistia, Terezinha Zerbine. Autora do trabalho de dissertação intitulado *Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulheria (1975-1988),* Juliana Tamião aponta um conflito intrínseco desde o início do jornal entre Joana Lopes e Terezinha Zerbine.

A divergência que se estabelece entre as duas editoras do jornal estava relacionada aos diferentes projetos ideológicos. Enquanto Joana Lopes buscava deixar claro no vocabulário e conteúdo do jornal o caráter feminista desse veículo, Terezinha Zerbine não simpatizava com os debates mais profundos do feminismo e buscava, no jornal, o local para discursar prioritariamente acerca da anistia. Em sua dissertação, Juliana Tamião cita a fala de Joana Lopes em uma entrevista concedida para Elizabeth Cardoso, em que:

> Mas já no número 1 se qualifica a existência do jornal *Brasil Mulher*, com um grupo grande de mulheres com interesses muito diversos. O BM atraiu tendências diferentes. Quando a gente começa a qualificar a abertura democrática desse jornal, que é a anistia para todos, ela sai e vai criar a Maria Quitéria. Na época ela disse: porque eu não estou aqui para apoiar anistia para terroristas. Sou católica, não quero saber disso, vocês são mulheres de esquerda. E era isso mesmo: havia muitas diferenças entre nós e Zerbine.

Essa fala de Joana Lopes demonstra claramente as diferenças entre o movimento das mulheres e o movimento feminista, já discutido anteriormente, mas de grande importância para entender as disputas estabelecidas dentro de um campo político que está distante da homogeneidade. Como resultado dessa heterogeneidade, Terezinha Zerbine retirou-se da diretoria do *Brasil Mulher* e dedicou-se a criação de um jornal próprio de cunho feminino direcionado à campanha da anistia, o *Maria Quitéria*.

Uma segunda separação é analisada por Juliana Timão que aponta "a oitava edição marca a mudança de postura do Brasil Mulher devido às mudanças ocorridas no conselho editorial. Joana Lopez que antes respondia como diretora ou jornalista responsável pelo jornal aparece na equipe de redação".94 O motivo dessa mudança dar-se-á pela abertura da gestão do jornal, com intenção de tornar-se uma gestão democrática, mas que possibilitará a entrada de mulheres ligadas a partidos

94 TAMIÃO, Juliana. Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). Dissertação (Mestrado) - PUC-SP. São Paulo, 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

políticos de esquerda, direcionando as pautas do jornal para questões ligadas a Ditadura Militar e menos ligadas ao feminismo. Segundo Joana Lopez, os principais partidos a entrarem nessa gestão foi a Ação Popular, o Partido Comunista e o Partido Comunista do Brasil. Ainda em entrevista, Joana Lopez aponta que,

> Eu percebi que havia um movimento, que é muito próprio da política, de engajar pessoas, fazer conchavos, e o grupo do BM era muito honesto, tínhamos uma ética feminina, a ética da relação da mulher com a mulher, e queríamos mesmo ter uma ética que não se identificasse com alguns métodos que são tradicionalmente utilizados pelos homens, por que eles tem domínio de poder há muitos séculos, queríamos alterar esses métodos de poder, queríamos fazer de outra forma. (...) então para a gente, para o grupo fundador, se ver manipulado por outro poder, os partidos políticos, que nitidamente queriam controlar o jornal BM nos usando como meio pra isso, não podemos aceitar. A gente se reuniu e resolveu sair da sociedade BM.95

Joana Lopez ainda afirma que o objetivo do jornal não era, inicialmente, tornar-se um instrumento de luta de classes junto ao PC do B, pois, para a ex-diretora, isso restringiria a caminhada que foi traçada para a consciência da mulher. A partir, portanto, da oitava edição até a décima sexta, o que se percebe é a inserção de assuntos ligados mais a participação feminina dentro dos sindicatos, a cobertura do I Congresso da Mulher Metalúrgica e da greve de 1979.

Outro jornal alternativo que merece um destaque em suas matérias acerca da questão das mulheres e principalmente, das mulheres operárias, é o *Nós Mulheres*, fundado em 1976 com a sua última edição em 1978. Este teve a sua composição editorial majoritariamente de estudantes e mulheres de classes sociais mais elevadas. De maneira geral, preocupavam-se com questões do dia a dia, como condições de vida, desigualdades sociais e raciais. Serão analisadas aqui, no entanto, as matérias feitas a partir do olhar para as questões do trabalho, principalmente do trabalho fabril, tema caro para esta pesquisa.

A primeira edição publicada em junho de 1976 já conta com uma parte dedicada a abordar questões da mulher operária, principalmente no caderno *Nós mulheres*: *operárias*, contando com quatro páginas repletas de experiências, reflexões e questionamentos acerca das dificuldades que a operária enfrenta. Para além da fábrica, esse caderno contou com entrevistas de operárias que narram também o trabalho doméstico.

95 TAMIÃO, Juliana. Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). Dissertação (Mestrado) - PUC-SP. São Paulo, 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Na primeira edição do caderno *Nós mulheres*: *operárias*, intitulada *Quando o apito da fábrica de tecido...*, encontra-se na fala de Olga, uma tecelã com 22 anos de experiência, a percepção de que o trabalho de casa é o pior serviço, pois

> serviço de casa não termina nunca. Você acabou de lavar uma xícara, daí cinco minutos ela está suja no mesmo lugar onde você tinha tirado ela antes. Então você não ganha nada, trabalha o dia inteiro, e, outra coisa, se já não bastasse você não receber um tostão, por esse serviço, ninguém reconhece. Então eu diria assim: nós mulheres devíamos parar.96

Olga propõe uma paralisação do trabalho doméstico, pois, sua experiência de 22 anos de trabalho em fábrica mostrou que a maneira pela qual se conquista determinados direitos e reivindicações é através da greve. Além disso, ela aponta a questão da desigualdade social em outro momento de sua fala quando diz "não é questão de nós querermos nos igualar a eles, eu gostaria de igualar ao ordenado deles, as regalias deles" mostrando que a questão da desigualdade de gênero, está também relacionada à disparidade financeira e de tempo de vida.97

Ainda nesta entrevista, a tecelã mostra a relação de sua vivência com as pautas levantadas pelo feminismo, apontando um diálogo ainda precário, mas existente entre esses dois movimentos, com suas contradições de entendimento, mas com a clareza acerca da importância da união entre mulheres, quando ressalta que

> seria um movimento feminino não contra os homens, mas a favor dos homens. Um movimento de apoio, tanto é que os metalúrgicos lutam, eles ganham qualquer batalha porque eles se unem. Os homens se unem para lutar por dinheiro, as mulheres não se unem nem por dinheiro.98

Essa frase aponta a complexidade de uma classe operária. Nesse sentido, a tecelã aponta a desunião das suas companheiras em comparação com a categoria dos metalúrgicos, que era reconhecida como mais fortalecida historicamente no Brasil. O que chama atenção, no entanto, é o que não está dito nesta frase que é o fato de que as mulheres metalúrgicas encontram também grande dificuldade de unirem-se, mesmo pertencendo a um sindicato com enorme força política. O movimento que busca dar conta dessas questões, portanto, é o feminismo, não

96 NÓS MULHERES. Nós mulheres: operárias. São Paulo, n.1, 1976.
97 Olga ainda aponta "Mulher não tem sábado, não tem domingo, feriado, dia santo, Natal – ela trabalha mais do que os outros e acabou, não tem dia nenhum".
98 NÓS MULHERES. Nós mulheres: operárias. São Paulo, n.1, 1976.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

descartando a atenção que os sindicatos passarão a dar para a questão da mulher, em suma, buscando responder a pressão das operárias respaldadas pelo feminismo.

Entre as dificuldades acerca da participação sindical e participação política dentro da fábrica, Olga aponta que algumas mulheres não eram permitidas pelo seu marido de atuarem no sindicato "porque diz que vai reunir, então vai ver outros homens" apresentando o caráter dominador da estrutura patriarcal no qual a mulher é permitida sair apenas em caso de trabalho[99], mas não em ambientes onde haja interação política e social no qual o homem não possa ter dominância sobre a "sua" esposa.

Além dos problemas causados pelos maridos para a mulher poder trabalhar e participar da vida política do sindicato, pode-se perceber na fala de Olga, o não cumprimento dos pagamentos de horas extras ou o atraso dos pagamentos como uma rotina comum na vida da operária. Além disso, denunciam-se os constantes assédios feitos pelos patrões, gerentes de sessões ou companheiros de sessão, como:

> Pagamento é a última coisa que os patrões pensam em pagar pra gente. Eles pensam em tudo, em passar a mão nas empregadas, cantar as empregadas, há aquelas que se vendem por um lugarzinho mais alto que as outras, mas o fator moeda, aí é mais difícil.[100]

É importante interpretar a fala de Olga em relação a "aquelas que se vendem" como estratégias utilizadas em algumas ocasiões por operárias para receberem o que lhe são de direito, como tornarem-se funcionária plena do cargo que têm especialização, sem serem colocadas como assistentes, como ocorria na grande maioria dos casos. Destaca-se, nesse sentido, uma vontade de unidade entre as mulheres, mas ainda mobilizações individuais. Nesse sentido, faz-se notória a mudança dessas atitudes, quando as demandas femininas passam a ser anexadas ao espaço do sindicato, que vai ajudar a construir, junto com o feminismo, uma identidade coletiva da mulher operária como parte de um processo relacional com o gênero masculino.

3.5. As operárias querem igualdade

[99] Quando o marido não consegue prover toda a economia do lar, sendo necessário o salário da mulher como "complemento" da renda familiar. Explicação também para a desigualdade salarial, já que o trabalho feminino não era interpretado como trabalho legítimo, mas sim como um complemento.

[100] NÓS MULHERES. Nós mulheres: operárias. São Paulo, n.1, 1976..

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Para pensar no aumento da participação feminina nos sindicatos, principalmente no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo é necessário entender o processo, já explicitado neste capítulo, de engajamento político de mulheres de diferentes setores – classe média, católicas, trabalhadoras urbanas, professoras, estudantes, operárias - e com diferentes demandas, a partir do ano de 1975, inaugurando e possibilitando espaços para discussões que até então estavam sendo silenciadas pela Ditadura Militar e pelas estruturas patriarcais da sociedade brasileira.

Nesse sentido, as operárias do ABC paulista são influenciadas por diversas ondas de movimentos sociais que estão preocupados em denunciar situações que vivenciam com muita frequência, mas que agora conseguem expô-las com apoio de novos agentes. Elizabeth Souza Lobo, junto com John Humphrey, Leda Gitahy e Rosa Moysés publicaram um artigo intitulado *A "prática invisível" das operárias*, em1986 que detalha a vivência e o conhecimento sociológico desses autores durante os anos 1970 e 1980 nos núcleos fabris do ABC[101].

Além de apontar a incoerência entre altos níveis de participação feminina no trabalho operário (78,3% desde o século XIX), os autores apontam que a sua existência não garantia a sua participação política tanto nas fábricas quanto nos sindicatos, como aponta que "no discurso operário, as operárias eram vistas mais como futuras mães, educadoras, que não pertenciam ao mundo do trabalho, companheiras, mas não como **inteiramente operárias***".*[102].

Percebe-se, no entanto, que o crescente engajamento com a política sindical a partir dos anos 1970 combate essa ideia de que as operárias não seriam "inteiramente" operárias, como se pode observar na fala de uma operária entrevistada por Leon Hirzsman, em 1979, durante a campanha de reposição salarial,

> vamos continuar firme gente, não vamos ceder. Nós ficamos dentro de uma fábrica enfrentando calor, horrores, comida azeda e nós tamo aí. Os patrões andando de iate às nossas custas, comendo do bom e do

[101] LOBO, Elizabeth; HUMPHREY, John. A "prática invisível" das operárias. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrèe. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
[102] Idem, p.125. Grifo meu.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

> melhor. Nossos filhos pedem um brinquedo e não temos dinheiro para dar. Por que? Porque ninguém coopera com a gente, os patrão.[103]

Nessa fala, a operária mostra-se engajada com uma pauta que é da classe operária como um todo. Junto com a mudança de direção, em 1975, no sindicato dos Metalúrgicos do ABC e um trabalho de conscientização e luta encabeçado por essa mesma direção, essas mulheres passaram a se sentir pertencentes à classe operária, começaram a entender que os espaços da fábrica e do sindicato são tão delas quanto dos operários, impactando um crescimento no índice de sindicalização feminina de 25,2% a 52,2% de todos os metalúrgicos sindicalizados em São Paulo, em 1979.[104]

Como resultado desse engajamento com a luta operária e da consciência acerca de pautas estritamente femininas, o final dos anos 1970 foi marcado pela organização do Congresso das Operárias Metalúrgicas de São Bernardo com apoio do sindicato e com uma taxa alta de inscritas[105]. Mesmo organizado pelo sindicato (masculino), o movimento de conscientização deste em relação ao papel das operárias na luta conjunta da classe ainda estava arraigado na estrutura patriarcal da sociedade.

Quando a *Tribuna Metalúrgica* publicou que o apoio do sindicato em relação ao movimento das operárias seria uma maneira de "integrar as mulheres à luta sindical de todos os metalúrgicos, para reforçar a luta dos homens"[106], deixa claro o caráter exclusivamente masculino que o sindicato ainda fazia questão de marcar. No artigo de Elizabeth Lobo, citado acima, a autora aponta que o sindicato pontuou que o congresso não deveria ser confundido com um congresso feminista[107].

É importante ressaltar, no entanto, que a tomada de consciência acerca das questões do movimento operário, pelas mulheres, veio vinculada com a tomada de consciência de gênero, com a não aceitação ou o constante questionamento acerca

[103] Fala retirada do documentário ABC DA GREVE. Direção e Produção: Leon Hirzsman. 1990 (75 min). Produzido em 1979, durante as greves ocorridas no complexo industrial de São Bernardo do Campo.
[104] LOBO, Elizabeth; HUMPHREY, John. A "prática invisível" das operárias. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrèe. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
[105] Cerca de 800 operárias se inscreveram no Congresso, mas 300 participaram.
[106] TRIBUNA METALÚRGICA. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. n. 43, 1977, p.8.
[107] LOBO, Elizabeth; HUMPHREY, John. A "prática invisível" das operárias. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrèe. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

das condições de vida estabelecidas por uma sociedade patriarcal. Em 1978, as metalúrgicas ainda ganhavam 40% a menos do que os metalúrgicos para o desempenho das mesmas funções. Parte do sindicato, no entanto, não compreendia que a reivindicação de maiores salários e melhores condições de vida, para as mulheres, estava atrelada também a reivindicações de igualdade salarial.

É nesse sentido que os discursos do sindicato e das operárias encontravam pontos de divergência, visto que, não há separação entre demandar consciência de classe das operárias, ignorando questões de gênero que são intrínsecas às relações de vivência que essas operárias possuíam, tanto em casa como mães, esposas, donas de casa, quanto nas fábricas que não eram vistas como operárias.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

4. O I Congresso da Mulher Metalúrgica do ABC

FIGURA 3- CAMPANHA PELA PARTICIPAÇÃO DO I CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA DE SÃO BERNARDO E DIADEMA - 1978
Fonte: TRIBUNA METALÚRGICA., 1977.

O folheto acima, publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, representa uma negociação entre o casal de noivos no qual ambos são operários. Alice, ao informar ao noivo sobre o I Congresso da Mulher Metalúrgica do ABC, espanta-se com a reação do companheiro, que expressa que o "sindicato não é lugar pra mulher! E fim!!". É importante ressaltar, no entanto, o apoio e o incentivo que Alice recebe de sua amiga. Esse gesto representa parte do que estava acontecendo em relação às operárias no final da década de 1970: um movimento de união e incentivo à participação sindical feminina.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Busca-se neste capítulo, analisar como se construiu um evento de solidariedade e luta das operárias metalúrgicas na região industrial do Grande ABC. Entende-se que o diálogo acima representa um processo de tomada de consciência dessas mulheres acerca da sua participação político-social, mostrando a pressão que elas passaram a exercer, não só sobre o sindicato, mas também nos núcleos familiares e nas indústrias.

Uma das primeiras reivindicações que levaram as metalúrgicas do ABC a mobilizarem-se, na década de 1970, foi a possibilidade de aprovação do trabalho noturno feminino pelo Ministério do Trabalho. As mobilizações dos sindicatos, no entanto, representados, principalmente, pelos operários homens, levaram à revogação desta medida. Pretende-se aqui, entender duas diferentes perspectivas sobre o trabalho noturno feminino.

O projeto de lei de 1976, que buscava alterar o artigo III da CLT relativo à proteção do trabalho da mulher, determina algumas novas medidas do Ministério do Trabalho, no que diz respeito à regulamentação do trabalho feminino. Destaca-se o artigo 373 do documento, que prevê "à mulher é assegurada igualdade de oportunidades e de tratamento na relação de emprego, bem como na formação e orientação profissional, observadas as disposições deste Capítulo"[108]. O que se observava, no entanto, é a diferenciação de funções ligadas unicamente ao sexo, como aponta a operária Dora para o jornal *Nós mulheres*,

> No trabalho que eu faço, a mulher não faz certas coisas. Mas não faz por que eles não dão oportunidade pra gente. Porque eu acho que, pelo menos nos setores que eu trabalhei, todo tipo de trabalho que os homens fazem, a gente poderia fazer. (...) Então algumas aprendem o trabalho em outra máquina, porque na hora do seu descanso vai trabalhar pra aprender. Às vezes acontece que um determinado tipo de máquina envolve muita gente. Então ela vai *praquela* máquina. Aí é que ela vai aprender, mas por necessidade do próprio trabalho e não para que ela aprenda.[109]

Em outros artigos deste projeto de lei, observa-se o estabelecimento da proibição de ações discriminatórias em relação ao sexo por parte do empregador. O mesmo parágrafo que afirma essa proibição, no entanto, também não permite o trabalho feminino em certas circunstâncias por questões de força física. O trabalho noturno é legislado pela mesma premissa, que coloca a mulher em posição de

[108] BRASIL. Projeto de lei – confidencial. Ministério do Trabalho, 1976. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.
[109] Bem cedo vai pro trabalho. In NÓS MULHERES. Nós mulheres: operárias. São Paulo, n.1, 1976. 1976.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

inferioridade em relação às condições de trabalho que o homem pode suportar e a mulher não.

O artigo 376 determina que "é proibido o trabalho da mulher: I- nos subterrâneos, nas minerações em subsolo, nas pedreiras e obras de construções públicas e particulares. II- nas atividades insalubres".110 Enquanto o artigo 381 que regulamenta o trabalho noturno feminino aponta que,

> Para atender a interesse nacional relevante e ouvidas as correspondentes organizações sindicais de empregadores e trabalhadores, a proibição do trabalho noturno da mulher em empresas ou atividades industriais poderá ser suspensa.111

Coloca-se em questão se essas leis buscavam, de fato, proteger o trabalho feminino e as condições de trabalho dessas mulheres, ou se buscavam restringir o acesso ao trabalho das mesmas. Na 5ª Reunião de Estudos Jurídicos do Sindicato, foi produzido um artigo intitulado *A influência do trabalho da mulher no lar e na sociedade*, de Valdecirio Teles Veras. O autor defende um olhar mais crítico acerca destas leis. Segundo ele,

> Não adianta apenas reclamar por leis protecionistas do trabalho da mulher. Estas leis de pseudo-proteção apenas vieram aumentar a discriminação do trabalho da mulher; proibi-la do trabalho noturno, horas extras, atividades insalubres, etc., de nada adianta. Acredito que as mulheres conscientes não queiram estas proteções, mesmo por que, tanto para homem como para mulher essas atividades tem que ser o menos penosas possível. A insalubridade que prejudica o homem também prejudica a mulher.112

Em relação à estrutura de trabalho nas fábricas, o Projeto de Lei de 1976, regulamentou, em parágrafo único, que "incluem-se, obrigatoriamente: I- bebedouros, lavatórios e aparelhos sanitários. II- cadeiras ou bancos, em números suficiente, que permitiam à mulher sentar-se durante o trabalho e sem prejuízo deste". O que se observava, no entanto, de acordo com o relato das operárias era que,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

110 BRASIL. Projeto de lei – confidencial. Ministério do Trabalho, 1976. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.
111 Idem.
112 VERA, Valdecirio Teles. A influência do trabalho da mulher no lar e na sociedade. **5ª Reunião de Estudos Jurídicos**, 1976.

> as condições de trabalho em geral são uma tristeza. Geralmente não se tem bebedouro, a pessoa tem que levar uma moringuinha de água e pôr embaixo dos teares. (...) Não tinha lugar pra comer, não tinha lugar pra sentar. Às vezes você comia mesmo no meio dos teares, sentava num banquinho ou caixão, na caixa de espulas, e comia aí mesmo, amontoada como qualquer coisa, uma coisa triste.113

As denúncias sobre as péssimas condições de trabalho, sobre as humilhações, assédios e diversos outros aspectos que tornaram a rotina de trabalho das mulheres operárias mais difícil, foram tendo cada vez mais voz e força, principalmente através dos jornais alternativos feministas, como vimos no *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* entre os anos de 1975 a 1978. Não só ocorriam denúncias acerca do trabalho fabril, mas também sobre problemas familiares e a falta de participação feminina no sindicato.

A partir da charge apresentada no início do capítulo, pode-se notar uma relação de conflito e poder entre a operária e seu noivo. De forma autoritária, o próprio operário repreende e proíbe a participação de Alice em um evento promovido pelo sindicato. Esse diálogo não era incomum nos lares operários. Enquanto algumas operárias entendiam que o trabalho feminino é um meio pelo qual a mulher ganha a sua liberdade, outras ainda pontuavam a característica submissa que elas, mesmo trabalhando, reproduziam nas fábricas.

A operária Ana apontou que,

> o fato da mulher sair pra trabalhar muda a situação dela dentro da família. Muda porque ela tem mais voz. Porque como ela também ajuda a ganhar dinheiro, ela também tem coragem de falar alguma coisa. E quando ela só depende do dinheiro que entra em casa pelo marido, aí ela é muito mais dependente e se ela não for submissa, só sai briga.114

Em contrapartida, havia operárias que entendiam que o papel de submissão da mulher vem, não apenas de uma condição econômica, mas, principalmente, de uma construção social profundamente marcada pelo machismo, como expressou Dora:

> Eu acho que isso acontece pelo tipo de educação que a gente teve. Que a gente, desde pequena, desde que nasce já é submetida a uma série de coisas bem diferentes que o menino, desde que ele nasce o pai da gente fala: <Ah mas isso é feio, menina não pode fazer isso, menina não pode fazer aquilo>.(...)E tem essas mulheres que o marido não deixa conversar com ninguém.

113 Relato de Olga, tecelã em NÓS MULHERES. Nós mulheres: operárias. São Paulo, n.1, 1976.
114 Relato de Ana em NÓS MULHERES. Nós mulheres: operárias. São Paulo, n.1, 1976.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

A participação feminina sindical representava para os maridos, portanto, duas formas na qual a mulher "sai do seu papel" estabelecido pela sociedade - mãe e esposa - para esses homens, representava uma transgressão econômica, na qual a mulher pode tornar-se independente e não aceitar certas represálias e uma transgressão político-social, quando essa operária, não só reivindica melhores condições de trabalho, mas também luta para obter poder político dentro do sindicato, majoritariamente masculino.

Como visto anteriormente, a segunda metade da década de 1970 representou, para essas mulheres, uma tomada de consciência da necessidade de ações políticas mais eficazes que levassem a sociedade a entender a importância do trabalho feminino para a economia, mas também as problemáticas que eram impostas pelo Estado, pelos maridos, pelo sindicato e pelas péssimas condições de trabalho que elas vivenciavam nas fábricas. Junto a essas insatisfações, o apoio e divulgação das práticas apontadas pelos jornais alternativos foram essenciais, pois representava também um fortalecimento da relação entre intelectuais, jornalistas, sociólogas com operárias, principalmente as têxteis e metalúrgicas.115

Entende-se, portanto, que essa relação entre diferentes núcleos sociais que envolviam estudantes, jornalistas, professores, operários, sindicalistas e militantes de esquerda, no final da década de 1970, ajudou a desencadear uma onda de mobilizações no movimento operário, como a greve de 1978 e 1979. Busca-se neste trabalho, entretanto, olhar a confluência de agentes a partir do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, apoiado e promovido pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, contando com inscrição de cerca de mil operárias.116

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

115 Para entender o início dessa relação entre operárias e intelectuais ligadas à esquerda, ver SANTOS, B. G. **Narrativas de gênero no processo de proletarização durante a ditadura militar brasileira**. Monografia (Licenciatura em História). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2018.

116 NETO, Paulo Vidal. **Começa sábado o I Congresso da Mulher Metalúrgica**. São Bernardo, jan 1978. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

4.1. A preparação do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema.

O jornal *Nós Mulheres*, em sua terceira edição já anunciava "A hora das metalúrgicas - as resoluções do II Congresso dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema possibilitam às metalúrgicas de brevemente discutirem os seus problemas". A matéria, além de ressaltar que o Congresso era um evento feito pelo sindicato, apresenta também todos os principais aspectos que a diretoria sindical esperava que fossem trabalhados como aspectos salariais (diferença salarial), horário de trabalho, férias e descanso semanal, estabilidade no emprego, condições de trabalho e garantias sindicais. Encerra-se a matéria da seguinte maneira:

> O Congresso, previsto para novembro, será uma boa ocasião para aprofundar questões referentes aos problemas específicos da mulher metalúrgica, relevando os seguintes pontos: - os cursos profissionalizantes são de difícil acesso para a mulher, por isso, ela exerce trabalhos não especializados na empresa e nos raros casos em que isso ocorre (...) é paga e registrada como "ajudante geral" ou "operadora de máquina (...)". Essa iniciativa é uma das primeiras que dá chance à mulher operária de discutir sua situação, suas dificuldades e seus problemas na fábrica, assim como os que deles decorrem. Por isso é muito importante que este Congresso se realize, mobilizando o maior número de mulheres possível.

O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema foi promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC que, via no evento uma oportunidade para aumentar a taxa de sindicalização feminina e contar com apoio de um grande volume de operárias para as próximas mobilizações que estavam sendo organizadas. Com uma diretoria formada apenas por homens, a estrutura do Congresso foi organizada pelos diretores, contando apenas com a assistência de uma mulher chamada Raquel117. As informações sobre a organização do evento estão baseadas nas informações da fonte retirada do Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema classificado como Reunião Preparatória do Congresso - São Bernardo, 7 de novembro de 1977.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

117 Raquel é constantemente citada no documento acerca da REUNIÃO Preparatória do Congresso. São Bernardo, 7 de nov. 1977. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, no entanto, seu sobrenome não é apontado e, através da pesquisa não foi possível localiza-lo.

Na organização do Congresso foi levada em conta a escolha da data que teria mais aderência das operárias, levando em consideração a época das férias coletivas, eleições sindicais e a alteração da legislação relativa à mulher. Nota-se, entre esses critérios, a importância para o sindicato de o Congresso ocorrer perto das eleições sindicais, visto que o sucesso do evento resultaria em um maior apoio político das operárias em relação a aquela diretoria. Definiu-se como melhor época, portanto, os dias 20, 21 e 22 de janeiro de 1978.

Para melhorar o planejamento das atividades do evento, criaram-se cinco grupos. O grupo de Documentação, liderado pelo Dr. Telles, que tinha como objetivo levantar todas as informações jurídicas, bibliografias acerca do trabalho feminino e o conteúdo base para informar as operárias acerca das suas condições de trabalho; a Monitoria, que foi o departamento responsável por organizar reuniões periódicas, treinamento das congressistas e engajar as operárias a participação do evento, que contava como responsáveis o Dr. Antonio Possidonio e a Raquel, já citada aqui anteriormente; o terceiro grupo criado foi o de Arregimentação, no qual os responsáveis seriam "Silvio e Raquel" e tinha como função, que "utilizando-se desde a confecção de cartazes até a realização de assembleias"118; o quarto grupo seria a Secretaria, que não foi, a princípio, destinado ao cuidado de nenhuma pessoa específica.

O que mais chama atenção, entretanto, é a criação do grupo "Temas e Expositores", que tinha como função escolher os temas do evento e os conferencistas, esse grupo foi organizado apenas pelo Dr. Maurício. O departamento que possuía a maior responsabilidade no evento foi direcionado apenas por um homem, deixando transparecer a intenção da diretoria do sindicato de se mostrar presente, inclusive na escolha dos temas que seriam ali debatidos.

Com a análise deste documento é importante destacar, como apontado anteriormente, a participação de apenas uma mulher na organização estrutural do evento, assim como, os cuidados do grupo de maior importância, relacionado às temáticas necessárias a debater-se em um evento feito para mulheres, destinado a um homem, excluindo, inclusive a única mulher da organização, Raquel.

118 Documento acerca da REUNIÃO Preparatória do Congresso, São Bernardo, 7 de nov. 1977. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Outro importante documento é o comunicado gerado pelo Sindicato para a Delegacia Seccional de Polícia do ABCD no qual informa,

> Este sindicato fará realizar nas dependências de sua sede social, o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo. O evento terá como objetivo proporcionar à mulher trabalhadora, um amplo conhecimento dos seus direitos, além de possibilitar a entidade um levantamento das condições de trabalho em que as mulheres estão submetidas nas empresas sediadas em nossa base territorial.

Esse documento mostra a importância de registrar por vias legais o acontecimento do evento, principalmente, por se tratar de uma mobilização operária, contra resoluções do Ministério do Trabalho e das condições de vida das trabalhadoras, ocorrendo em pleno período ditatorial. Além de informar à Delegacia de Polícia de São Bernardo do Campo, foi solicitado por Paulo Vidal à diretoria da Revescar Revestimentos para Autos Ltda. a liberação de cinco funcionárias para participação no Congresso, pedindo para que não houvesse corte de pagamento a essas funcionárias, que compensariam os dias não trabalhados no feriado do carnaval do ano de 1978.

Definiram-se como data oficial do evento os sábados do dia 21 de janeiro e 28 de janeiro, com programações diárias estabelecidas. No dia 21, o evento começaria às 8h30 com entrega de material as participantes, às 9h30 começaria o 1º ciclo de palestra, intitulado "A mulher e a legislação trabalhista", após esse ciclo, teriam as reuniões de grupos, uma sessão plenária e a pausa para o almoço. A segunda palestra teve como tema "A mulher e as condições de trabalho" e as 17h30 haveria o encerramento do dia.119

O segundo dia do evento foi marcado por mais um ciclo de palestra intitulado "Mulher e Sindicato", reuniões dos grupos de debates, sessão plenária e a "Deliberação sobre as resoluções do I Congresso", com o encerramento marcado para às 17h30. O que se pode notar nesta programação é a tentativa do sindicato de logo no 1º dia informar as operárias os seus direitos trabalhistas e, as condições de trabalho que elas enfrentavam. Após esse momento, o sindicato finalizaria os ciclos de palestras, no 2º dia, com a temática ligada à participação sindical como maneira de mudança da realidade do trabalho feminino. A programação do evento, portanto, deixa nítida a intenção do sindicato de aumentar a sindicalização feminina, apontando a importância política da operária sindicalizada.

---

119 I CONGRESSO da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema - Programa. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Em apoio ao Congresso, destacaram-se duas importantes instituições feministas, o jornal *Nós Mulheres* e o Centro da Mulher Brasileira que, construíram narrativas diferentes, colocando ênfase em diferentes protagonistas deste evento. Enquanto o jornal colocou em destaque o incentivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema na realização do Congresso, o Centro da Mulher Brasileira pontuou as dificuldades que a mulher operária enfrentava ao buscar participar da vida política sindical.

FIGURA 4 - GRAVURA DE LAERTE PARA O JORNAL NÓS MULHERES EM APOIO AO I CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA DE SÃO BERNARDO E DIADEMA, 1978.
Fonte: Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema

Na figura acima, pode-se notar o protagonismo feminino frente às reivindicações relacionadas às condições de trabalho das operárias metalúrgicas. Publicada na matéria do jornal *Nós Mulheres* intitulada 1º Congresso da Mulher Metalúrgica, a gravura possui um tom diferente da reportagem que assim segue. Apontando as dificuldades da participação feminina no sindicato e a pauta do trabalho noturno, o jornal entrevistou Luís Inácio da Silva para explicitar a situação das metalúrgicas.

A reportagem afirma que dos 38 mil operários sindicalizados, apenas 3 mil são mulheres, em um universo de 18 mil operárias metalúrgicas. Mesmo com uma taxa de sindicalização não tão baixa, a participação efetiva no sindicato era "inexistente", segundo o jornal. Como exemplo, usou-se a participação dessas operárias na campanha salarial discutida na assembleia de 1977, em que a pauta era de grande importância tanto para homens quanto para mulheres, no qual Luís Inácio afirma "dos 5 mil operários que compareceram à Assembleia, se tivesse 5 mulheres era muito".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Assumindo que o próprio sindicato, por muito tempo, não vislumbrou as demandas femininas como importantes e necessárias para o melhoramento das condições de todos os trabalhadores, o presidente do sindicato admitiu que a participação das operárias gerava certo desconforto aos operários, afirmando que "eles não compreenderiam um relacionamento mais próximo entre homens e mulheres no sindicato".

Em relação ao trabalho noturno, o presidente entendia que o Congresso seria o meio pelo qual as mulheres iriam se mobilizar e frear a possibilidade da aprovação desse projeto de lei proposto pelo Ministério do Trabalho. Afirmou que não entendia essa proposta como meio de equiparação do trabalho feminino ao masculino, apontando:

> Eu só acredito nessa argumentação se trouxer as mulheres metalúrgicas aqui no sindicato e elas disserem que querem exatamente isso. (...) Para as empresas, esta lei seria extraordinária: era mandar embora o homem que ganha cinco mil cruzeiros e admitiu a mulher para ganhar dois mil. Você entende? Esse foi um dos motivos que nos levou à realização *desse* Congresso.[120]

A fala de Luís Inácio aponta não só a sua visão acerca do trabalho noturno, mas, principalmente, através da ausência, a falta de uma proposta do sindicato de equiparação salarial que poderia resolver muitos dos problemas das operárias, visto que as mulheres ganhavam até 50% a menos do que os operários para desempenhar a mesma função121. O outro sentido da fala é o motivo pelo qual o Congresso seria realizado, na perspectiva da diretoria, para discutir a questão do trabalho noturno122. A reportagem do jornal *Nós Mulheres* buscava, portanto, reforçar as expectativas do sindicato em relação ao Congresso das Mulheres Metalúrgicas.

A partir de outra perspectiva, o Centro da Mulher Brasileira construiu uma narrativa focada na falta do apoio sindical em relação às demandas das operárias, entendendo que o Congresso seria a oportunidade de forçar e apontar resoluções para este problema. Se a reportagem do *Nós Mulheres* colocava em protagonismo a diretoria do Sindicato na realização do evento, o CMB afirmou que,

---

[120] NÓS MULHERES. São Paulo, 1978.

[121] "A mão-de-obra feminina é o setor mais explorado da categoria, recebendo em média 50% do salário pago aos homens". NÓS MULHERES. São Paulo, 1978.

[122] Como já visto neste trabalho, há enorme interesse e expectativa do sindicato em aumentar a participação feminina sindical, fazendo que este ganhe mais força frente às negociações com Estado. O que se verá, no entanto, é que o Congresso não tomará os rumos no qual a diretoria esperava que tomasse, como será trabalhado mais à frente.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

> É motivo de orgulho para nós feministas o fato de que sejam as mulheres metalúrgicas o primeiro grupo de trabalhadores organizados a vir a público postular seus direitos e colocar suas reivindicações junto ao governo e à classe empresarial.123

E finaliza a carta pública, apontando a importância de a mulher metalúrgica escrever a sua própria história ao realizar um evento tão significativo para a história do sindicalismo brasileiro, esperando que "este evento sirva para mobilizar as mulheres trabalhadoras, no sentido de se unirem na defesa permanente de seus interesses e de seus direitos"124. O que se observa, portanto, nesta análise é a disputa de memória em relação ao protagonismo deste evento.

4.2. As questões levantadas no Congresso

Durante a realização do Congresso, nas reuniões de grupos, as operárias produziram diversos relatórios, divididos por fábricas que trabalhavam ou por grupos de discussões do evento. Aqui dar-se-á, portanto, a sequência de análise de cada relatório produzido, com intuito de compreender a dimensão do Congresso e das demandas levantadas dentro dele, transbordando problemáticas esperadas pelo sindicato, como a do trabalho noturno. Esses relatórios encontram-se no Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos.

Operárias de dezessete empresas diferentes participaram e geraram relatórios específicos. Dentro dos diversos temas abordados nesses documentos, tanto de relatório de empresas quanto de grupos de estudos criados dentro do Congresso, pode-se analisá-los através de três principais categorias: problemas de infraestrutura, problemas relacionados à legislação ou tratamento dos chefes com as operárias e participação sindical.

Os relatórios de empresas tinham como objetivo apontar questões mais objetivas por fábrica, determinando problemas e ações que pudessem ser tomadas em cada caso. Já o relatório das reuniões de grupos apresentava apontamentos acerca da participação feminina no sindicato, tanto dos problemas encontrados

123 CENTRO DA MULHER BRASILEIRA. Carta de apoio ao 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. Rio de Janeiro, 1978.
124 Idem.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

quanto soluções propostas. Analisaremos, primeiramente, os relatórios das empresas com intuito de observar as condições de trabalho e a rotina fabril das operárias.

A maioria dos relatórios questionou a falta de bebedouros suficientes para as operárias em cada sessão, a falta dos quinze minutos de descanso determinada por lei e falta de ventilação adequada. Para além das questões estruturais, as operárias apontaram a insatisfação pela forma que elas eram remuneradas, visto que, como dito anteriormente, era comum que essas mulheres fossem registradas como ajudantes e desempenhassem funções além do cargo estipulado, como aponta o relatório das operárias da Liebau S/A:

> Nós mulheres trabalhamos iguais aos homens nas máquinas perigosas como eles, mas não é justo ganharmos menos (...). Pessoas que entram como Ajudante, eles registram como prensista, e aí vem a consequência dos acidentes, pois a pessoa não tem prática naquilo.[125]

Outra importante questão assinalada pelas operárias de diferentes fábricas foi sobre o desrespeito dos chefes de sessão no tratamento do dia a dia. Muitas vezes desestimulando a participação sindical e ameaçando àquelas que quisessem participar do sindicato com possibilidade de desemprego. As funcionárias da Autometal afirmaram em seu relatório que,

> o chefe não respeita as suas empregadas pois quando nervoso diz aqueles palavrões, quando alguém pede saída, a secretária faz uma autorização que é preciso a assinatura do chefe, ele como sempre ---[126]saí da mesa e só depois de meia hora mais ou menos é que ele vem assinar.[127]

São inúmeras as reclamações acerca do apoio médico dentro das fábricas, em que, a maioria dos relatórios aponta negligência por parte do médico ou da enfermeira. Outras operárias afirmam que, quando doentes, a chefia não autoriza o recebimento de um laudo médico vindo de um consultório do convênio ou

[125] RELATÓRIO das operárias da indústria Liebau S/A. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1978.
[126] Diversos trechos dos documentos encontrado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo estão com traços na maneira que foi reproduzido na citação. As razões para tal marca podem ser tanto do próprio sindicato que quis ocultar uma informação, quanto dos censores do Departamento de Polícia Política de São Paulo - DEOPS - que censuraram determinada fala quando tiveram acesso a esses documentos.
[127] RELATÓRIO das operárias da indústria Autometal. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1978.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

particular, apenas do médico da empresa. Essa atitude, comumente reproduzida dentro das fábricas, mascarava o diagnóstico de cada operária, levando-as a exaustão física e a possíveis acidentes de trabalho. As operárias das Carfriz relataram que,

> O médico japonês é muito estúpido com as pessoas (...) Eles não aceitam atestado médico do nosso convênio e do sindicato. (...) Se vai a enfermaria com dor de cabeça, dor nas pernas ou nos braços, ou nas vistas, o único remédio que eles dão é o comprimido ASS. (...) O médico que tem não vale nada, quando a gente vai na enfermaria consultar --, ela fala que não tem nada, a pessoa está mentindo e pode voltar ao trabalho, se não aguentar vai ao médico do convênio e o atestado não é válido, nem todo dia tem médico e quando tem é na parte da tarde.[128]

Junto aos apontamentos de infraestrutura, saúde, segurança e higiene dentro das fábricas, é notável, também, a quantidade de questionamentos nos relatórios sobre o sindicato, da sua efetividade e das soluções que a entidade deveria tomar frente às condições de trabalho vigentes. Alguns relatórios levantaram perguntas acerca do sindicato ser ou não "comprado" pelos donos das fábricas, outros apontam que o sindicato não atua em relação a certas denúncias, por isso não é efetivo.

A solução encontrada por essas trabalhadoras, no entanto, não foi a de abandonar a instituição e buscar novas formas de participação política, pelo contrário, as operárias sugeriram, diversas vezes e de diferentes formas, o aumento da participação feminina dentro do sindicato para que as práticas que elas reprovavam não fossem reproduzidas mais. As operárias da Polimatic afirmaram que,

> A solução seria eleger uma funcionária, para que ela se responsabilizasse das --- anormalidades que ocorram dentro de cada setor, tomar as devidas providências levando ao conhecimento de superiores. (...) Seria bom que tivesse uma eleição para escolher a pessoa indicada, portanto devemos agir em função do sindicato. Precisamos participar os problemas da firma e tudo que acontece dentro de cada setor, para que esta pessoa possa fazer alguma coisa e tendo total apoio do sindicato. (...) Devemos ter uma garota sindicalizando o pessoal. Precisamos de um departamento misto, com isso os homens trariam as suas esposas, caso fossem casados, noivas, namoradas, e creio que teríamos um maior sucesso.[129]

[128] RELATÓRIO das operárias da indústria Carfriz. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1978.
[129] RELATÓRIO das operárias da indústria Polimatic. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1978.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Os grupos criados no último dia do Congresso tiveram como objetivo pensar em ações para incluir as operárias no trabalho sindical e remodelar a forma pela qual o sindicato tratava da questão da participação feminina. A partir da pesquisa no acervo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, foi possível encontrar os relatórios de seis grupos de trabalho, no entanto, a aposta é que haja mais do que o encontrado, visto que os grupos se nomeavam por números, havendo a intitulação até o número treze.

Estes documentos foram assinados por uma redatora do grupo, portanto, há neles o nome da operária que documentou o que foi discutido e o que era necessário. No grupo 11, por exemplo, a congressista Célia apontou as dificuldades de participação no Sindicato causadas pela sobrecarga da dupla função da mulher e pela falta de comunicação da diretoria do sindicato com as operárias. Ela afirma "as solteiras não participam do sindicato por falta de comunicação do sindicato com a trabalhadora. As casadas por falta de comunicação e tempo".

Como proposta, o grupo de Célia defendeu que houvesse um delegado sindical nas sessões em que tinham mais mulheres para alinhar a comunicação entre sindicato e operárias. Além disso, o Grupo 11 sugeriu a criação de assembleias mistas, que ocorressem aos sábados para que houvesse maior adesão das operárias, visto que essas não conseguiam frequentar o sindicato após o trabalho durante a semana, pois eram responsáveis pelos afazeres domésticos.

O grupo 8 listou as maiores dificuldades encontradas na fábrica e no sindicato, apontando também, futuras ações como sindicalistas. As operárias abordaram o desencorajamento da participação sindical pelos chefes de sessão, que costumavam dizer que o Sindicato era "perda de tempo" ou inúteis, e ainda levantavam a suspeita de que as empresas compravam o Sindicato para não atuar a favor dos trabalhadores. Esse ponto é de extrema importância, visto que são recorrentes os relatos de desconfiança das operárias em relação à idoneidade do sindicato.

Parte destes relatos está baseada nas experiências anteriores que os operários vivenciaram com o sindicato, principalmente após a intervenção sindical em 1964. Como já dito anteriormente, a forte intervenção do Estado, representado pelo Ministério do Trabalho no trabalho sindical, com a dissolução das diretorias anteriores, levou a um processo de desgaste da relação entre operários e sindicato.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Acerca deste tema, Larissa Rosa Corrêa analisou a maneira pela qual os sindicatos foram remodelados após golpe militar com a influência e legitimidade do governo norte-americano, em uma aliança civil-empresarial que buscava:

> Em pouco tempo estivessem eliminados os chamados "focos de infiltração dos comunistas", assim como os supostos casos de corrupção nos sindicatos, tão alardeados pelos opositores de Goulart para justificar as intervenções nas entidades dirigidas pelo PCB e PTB.130

Como apontou a autora, "ao Ministério do Trabalho competia nomear novos dirigentes sindicais, anular eleições, caso fosse preciso, vetar a candidatura de qualquer líder sindical e decidir a respeito da legalização dos sindicatos", mas as entidades também desempenhavam um caráter formativo, com o oferecimento de seminários e cursos financiados por sindicatos norte-americanos que estavam alinhados aos interesses das multinacionais de se estabelecerem no Brasil.

Nesse sentido, a atuação dos sindicatos controlados pelo Estado e monitorados pelo aparato repressivo até meados dos anos de 1974 gerou nos trabalhadores uma desconfiança com as ações e interesses das entidades sindicais. Essa sensação de desconfiança era reforçada, como apontou as funcionárias da Carfriz no Relatório de Empresa:

> No banheiro falta água quase todos os dias, e nós fomos reclamar, e eles disseram que não tem medo do sindicato porque a firma compra o sindicato. Agora nós queríamos saber: essa informação foi dada pelo encarregado do setor 27; (...) O sindicato é realmente comprado pela firma?131

Apesar das desconfianças com o sindicato, notou-se uma mudança de pensamento dessas operárias a partir das conversas estabelecidas dentro do Congresso. Visto que, ao mesmo tempo em que se questionava o sindicato, também se propunham medidas para resolver os problemas apresentados. O grupo 8 defendeu, portanto, que "o sindicato não é o prédio, o sindicato somos nós todos unidos", para isso propuseram reuniões mensais, incentivo a sindicalização através do exemplo e a luta cotidiana para encontrar espaço dentro da instituição.

130 CORRÊA, Larissa Rosa. **Disseram que voltei americanizado**: relações sindicais Brasil - Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978). Campinas, SP, 2013, p.74.
131 Relatório de Empresas no I CONGRESSO da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema - Programa. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

O grupo 13 foi representado por duas congressistas, Maria Helena e Ângela da empresa Coldex. Ambas preferiram listar as características comuns das operárias do grupo, como o tempo em que estavam trabalhando em média - entre três meses a um ano - e a participação no Congresso apenas no segundo sábado. As dificuldades relatadas entre essas operárias envolviam desde o medo de participar do Congresso e ser demitida, até a falta de experiência sindical feminina, no entanto, como em outros grupos, esse fez questão de pontuar ações a serem tomadas para o engajamento da mulher no sindicato, em que davam como título ao tema "O que fazer como Sindicalista". Maria Helena pontuou que a principal maneira de se atuar como dirigente era tornar o fluxo do jornal do sindicato mais acessível as operárias, que poderiam se informar, sendo cada vez mais estimuladas.

Por outro lado, se Maria Helena acreditava que o engajamento das operárias estava relacionado à falta de informação, e, portanto, mantê-las informadas sobre as ações do sindicato seria uma das soluções para o aumento da sindicalização, por outro lado, Angela defendia a criação de um departamento feminino dentro do sindicato direcionado às pautas que as operárias estavam levantando no Congresso, como explicou Angela,

> Devemos começar desde agora dividir o trabalho, chamar mais gente para que se crie esse departamento: fazer reivindicações, organizar filmes, cursos trabalhistas, etc.; sugerimos fazer artigo de jornal do Sindicato e em outros jornais, sobre o congresso - há falta de informação sobre o sindicato e o que faz;- Sugerimos que escolha um delegado e uma delegada dentro da firma, para que defenda nossos direitos (...) Achamos que deve ter mulher no Sindicato, já que somos 10% do setor metalúrgico; - achamos que o Congresso deve continuar.132

Outros grupos defenderam com veemência a criação do Departamento Feminino dentro do Sindicato. Dentre os objetivos, o principal deles era criar um espaço no qual a trabalhadora metalúrgica se sentisse à vontade para levantar e resolver questões que estavam intimamente ligadas a mulher operária, como "as condições necessárias para cumprir a sua dupla função, determinada pela sua condição biológica, o problema das creches, a diminuição da jornada de trabalho, condições de trabalho adequada a condição feminina"133.

---

132 RELATÓRIO de grupos reunidos no dia 28 de janeiro de 1978, Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

133 RELATÓRIO de grupos reunidos no dia 28 de janeiro de 1978, Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Pode-se perceber que o discurso acerca do papel social da mulher estava intimamente ligado à relação de condição da mulher que algumas dessas operárias levavam consigo. É necessário, no entanto, que essas falas sejam entendidas como fruto de uma sociedade que, buscava a emancipação da mulher na vida pública, mas que se preocupava muito menos com a vida privada. É nesse sentido, que no relatório de um grupo não identificado no documento analisado, nota-se a fala "nosso movimento é trabalhista e não feminista"134.

A visão sobre a criação do Departamento Feminino no Sindicato não foi comum a todas as congressistas. Marlene, operária da Arteb e representante do grupo 2, apresentou em seu relatório uma ressalva quanto a esse Departamento, afirmando que o mesmo poderia criar divisões no movimento operário sindicalizado. É comum, em alguns relatos da época, operárias afirmando que a luta a favor do sindicato ora era uma luta dos operários, ora uma luta do movimento sindical. Poucas são as falas que entoam o protagonismo da mulher metalúrgica na luta, pelo contrário, o mais comum foram falas que entendiam que a mulher é um complemento do movimento operário. Marlene afirmou,

> Não podemos deixar que tenha separação entre as mulheres e os homens metalúrgicos, tanto na fábrica quanto no Sindicato. A participação da mulher no sindicato não pode ficar dependendo da criação do Departamento Feminino. A nossa luta e a luta dos homens é uma só. - Portanto, temos que enfrentar a luta unidos, todos os trabalhadores metalúrgicos juntos, seja homem ou seja mulher.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

4.3. A repercussão do Congresso no jornal Nós Mulheres.

Entende-se que após o dia 28 de janeiro de 1978, houve uma grande mudança de ação das operárias metalúrgicas de São Bernardo. Sentindo-se mais unidas e fortes como grupo, elas buscaram manter os encontros e os debates iniciados no Congresso. Além disso, pôde-se perceber um aumento da movimentação de outras operárias em outros sindicatos, como se observou no ano seguinte à criação do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo.

---

[134] Idem.

Uma das primeiras medidas tomada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema foi a criação de documentos que compilavam todas as denúncias feitas pelas operárias em relação ao trabalho operário em cada fábrica, totalizando dez indústrias denunciadas pela diretoria do Sindicato. Além disso, os jornais também noticiaram e reforçaram a importância do evento ocorrido, como o *Nós Mulheres*.

Em matéria intitulada "Momento de união", publicada ainda em 1978, o jornal *Nós Mulheres* reforçou a importância do Congresso na luta sindical. Através de uma poesia escrita pela congressista Tereza, pode-se entender o tom que o Congresso teve para a sociedade engajada na luta das mulheres:

> Foi exaustivo o dia, mas de grande alegria. Mulheres unidas se encontrando num diálogo primeiro. Mão calosas, é verdade esta é a nossa realidade. Muita atenção e emoção a todas envolvia. Foi com espanto e interesse que ouvimos: não eram sós.. Momento de União abaixo a exploração! Juntas viam surgir, entre as asperezas de nosso tempo, o brilho da confraternização pelos mesmos ideais. As partículas e os átimos locomoveram-se em grande movimentação num contínuo movimento universal; Mesmo com as explosões, o Sol oferece-nos vitaminas em suas partículas solares. O calor estufante, suor nos rostos, de mulheres falantes num diálogo primeiro, demonstrando maturidade, capacidades, dizendo duras verdades, reivindicando! As denúncias foram muitas, de coisas absurdas, todas sofrendo caladas, mudas, numa era de tecnologia avançada, os séculos idos ficando no passado, e ela fala de reivindicações sentidas pela dura lida do nosso cotidiano. Não há creches! Condições de segurança e higiene! Queremos redução da jornada de trabalho! Não aceitamos horário noturno! E as reivindicações se estendem ao longo das nossas necessidades. Nestes últimos dez anos, a mulher foi a quem mais sofreu mudanças em toda a sociedade. Hoje começa o amadurecimentos, de verdade. Se opondo contra pressões de empresas que usam dos mais diversos subterfúgios para impedir a sua participação, disseram elas, não! Participamos da sociedade, queremos igualdade, somos contra toda discriminação. Não queremos igualdade dos machos, mulheres endurecidas pelas máquinas, pela vida mas mulheres que, em sua total intuição sensibilidade e amor, lutem pelo bem comum, com trabalho dedicado, e quando num mundo conturbado se fizer necessário, derrame lágrimas sobre este chão e que neste gesto, inda que de resto, diga tudo.
>
> TEREZA [135]

[135] TEREZA. Momento de União. **Nós mulheres**, 1978.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

A poesia de Tereza traz riqueza na narrativa sobre a experiência do Congresso para as operárias. Apontando a empolgação em relação ao evento, através dos gritos de ordem, mas também a rotina dura e cansativa do trabalho metalúrgico que, essas operárias viram no Congresso um lugar de unidade e mudança, direcionando a luta da mulher metalúrgica para a consolidação das ações determinadas no evento.

A matéria do jornal *Nós Mulheres* também destacou, além da poesia, algumas falas das operárias no congresso. Essas falas representavam, em sua maioria, a importância do evento para a tomada de consciência individual e coletiva, como afirma uma das entrevistadas, "as discussões dos grupos de debate deram uma visão real das condições mais do que precárias em que se encontra a mulher metalúrgica dentro das fábricas".

Em relação à consciência coletiva, uma entrevistada não identificada afirma que era necessária a união de todas as operárias para saírem do nível de exploração que elas se encontravam, afirmando que "não quer dizer que queremos ser tão exploradas quanto os homens, mas que, juntos, possamos lutar pelo desenvolvimento de toda uma classe" e completa que "só conseguiremos transformá-las em conquistas com a nossa união enquanto mulheres e unidas aos homens".

A partir destes relatos, é possível perceber que o direcionamento da luta das metalúrgicas para as demandas que diziam a respeito do trabalho feminino não excluía o entendimento sobre a necessidade da luta pela classe, contrariando diversas falas já reproduzidas neste trabalho, de operários que pontuavam que a luta operária feminina poderia dividir a luta de classes.

A grande discussão que se estabeleceu após o Congresso foi a criação de um Departamento Feminino dentro do sindicato como meio de direcionamento da luta das mulheres operárias. Esse debate foi amplamente discutido na coluna do *Nós Mulheres* intitulada *Sindicato não é lugar só de homem*, em que, através das entrevistas com duas operárias da chapa de oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, expressam os benefícios e desvantagens da criação desse órgão.

A matéria do jornal dá o tom de debate sobre o Departamento feminino, quando questiona "Departamento Feminino dentro do Sindicato? Isso faz lembrar uma salinha da sede, cuja única atividade são aulas de tricô, puericultura e culinária" apontando os caminhos tradicionalmente trilhados na participação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

sindical feminina. Essa mesma provocação da matéria apresenta, no entanto, as mudanças que as operárias estavam dispostas a lutar.

Em um breve histórico, a matéria explicita a importância do I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo, em uma narrativa direcionando o evento ao mito fundador da participação operária feminina, defendendo que

> pela primeira vez, no Brasil, surgiu a necessidade de criar um espaço onde as mulheres trabalhadoras possam discutir problemas que são especificamente seus: salário menos pelo mesmo trabalho, necessidade de creches, problemas relativos à época de gravidez e menstruação.136

O Congresso, portanto, representou esse ponto de partida para a discussão de um espaço propriamente feminino, ligado às políticas de ação das operárias para resolução de seus problemas específicos. Ocorrido em janeiro, pôde-se perceber reflexo e influência do congresso logo no mês seguinte, em Osasco a chapa de oposição apontava, se não a preocupação, mas a necessidade de se falar sobre a participação feminina sindical, dizendo em um dos seus folhetos de campanha: "[a oposição] que também está preocupada em organizar as mulheres, para que elas, junto com os homens, lutem pelos interesses da classe operária".

A matéria do *Nós Mulheres* aponta que em abril, percebe-se uma mudança inédita na composição da chapa de oposição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. É visto, pela primeira vez, na composição da chapa 3, duas operárias, que além de serem representativas, também defendiam a criação do Departamento Feminino (DF) dentro do Sindicato, não como uma política assistencialista, que colocava a mulher como parte passiva do processo de participação sindical, mas que entendia o DF "como forma de incorporar a mulher a luta dos trabalhadores".

Além da participação sindical feminina, é possível notar a ênfase que a matéria dá para um processo decorrente do momento histórico que se estava vivendo. O discurso de abertura política e redemocratização permitia que, mesmo com práticas repressivas vindas do Estado, pudesse se pensar em formação de partidos políticos e a inserção das demandas femininas e feministas nas suas agendas políticas.

136 NÓS MULHERES. São Paulo, 1978.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

Marta, entrevistada pelo *Nós Mulheres* e integrante da chapa 3 de oposição do Sindicato de Metalúrgicos de São Paulo ressalta a importância da criação do Departamento Feminino, não apenas para as demandas das operárias, mas também como uma forma, da classe trabalhadora e do sindicato, assumirem responsabilidade sobre a problemática do trabalho feminino e, todas as relações de opressão que ele envolve. Em contrapartida, a operária ainda defende que o DF não deveria ter um caráter permanente, visto que as demandas devem ser preocupação para o sindicato como um todo, e não apenas das operárias. Como afirma:

> Digo apenas que ele não é o elemento fundamental para atrair a mulher. Está bem, a mulher foi atraída porque se organizou um congresso para discutir seus problemas. Depois houve reuniões onde as companheiras elaboraram um documento feminino para dar continuidade à luta.[137]

A criação do Departamento Feminino, portanto, não se tornou uma pauta definitiva e unânime entre as próprias operárias. Enquanto algumas pontuavam que poderia ser positivo para a integração da operária ao sindicato, outras acreditavam que seria mais uma barreira que colocaria essas operárias em um lugar político isolado das discussões de classe. Alguns sindicatos, como o de São Paulo criou o Departamento Feminino em 1979, mas logo acabou sendo diluído; outros incorporaram as demandas femininas nas demandas da classe. Mas o que se pode observar após I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo é a criação de espaços, físicos ou participativos para a luta da mulher trabalhadora.

Não demorou muito para que outros setores, como das operárias químicas, criassem eventos para discussão das pautas femininas. Um desses sindicatos foi o dos químicos, que criou em 1979 o I Congresso da Trabalhadora do Setor Químico e Farmacêutico, reunindo 60 operárias. Como campanha, o sindicato criou uma gravura que ilustrava as pautas que essas operárias defendiam, como representado na imagem:

[137] NÓS MULHERES. São Paulo, 1978.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

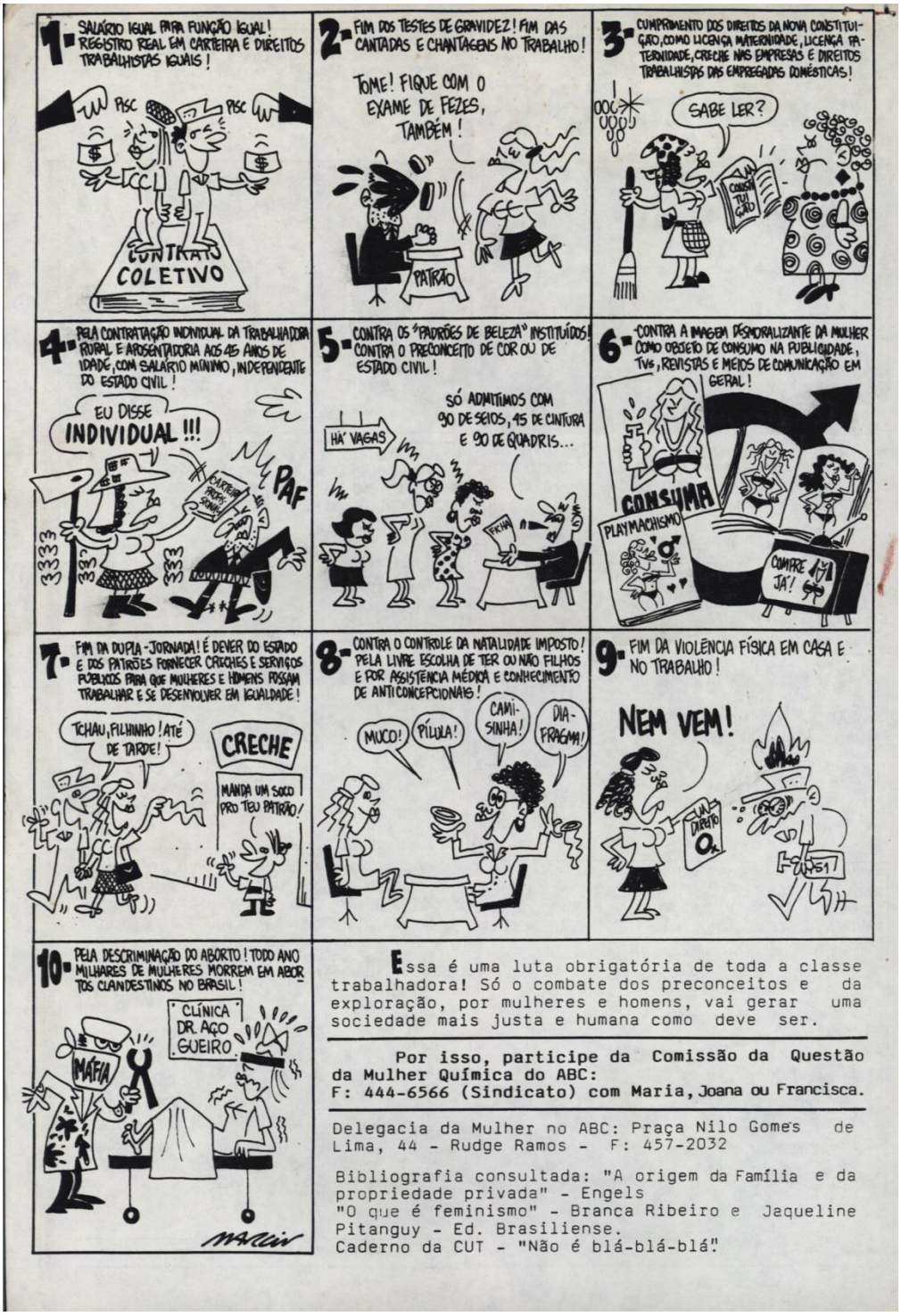

FIGURA 5- GRAVURA REPRESENTANDO AS DEZ PRINCIPAIS PAUTAS DAS QUÍMICAS [138]
Fonte: Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

[138]dentre elas, salários iguais, fim dos testes de gravidez, contra padrões de beleza, fim da dupla jornada e fim da violência física em casa.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

5. Conclusão

O I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, como visto neste trabalho, organizou-se na convergência de diversos movimentos sociais em crescimento no Brasil da década de 1970. Década na qual o diálogo entre grupos transnacionais e o movimento das mulheres metalúrgicas foi possível, seja por um maior fluxo de exilados políticos, seja por maior transitoriedade midiática, ou por um aumento no intercâmbio acadêmico.

Buscou-se, nesta pesquisa, entender como um movimento, liderado por mulheres, em plena Ditadura Militar brasileira, se organizou e criou medidas de participação sindical efetivas, capazes de transmutar os caminhos escolhidos pelos sindicatos - principalmente o metalúrgico - na década de 1980. O processo de união das operárias metalúrgicas de São Bernardo, São Paulo, e diversos outros setores de trabalhadoras, no entanto, não foi fruto da ação de um denominador comum: o sindicato, como instituição.

O percurso desta pesquisa teve como ponto de partida ainda na graduação com a escrita da monografia[139]. Neste trabalho, busquei analisar a relação entre universitárias e operárias durante os anos de 1964 a 1978, através do entendimento da experiência do conceito de proletarização - processo tornar-se proletária ou proletário com objetivo de adentrar no movimento operário nos anos da Ditadura Militar brasileira e ajudar a "construir consciência de classe"[140].

A relação de pesquisa com o movimento operário esteve, portanto, presente em toda minha trajetória acadêmica. No mestrado, busquei analisar a figura do "outro" da monografia, "outro" esse podendo ser tanto as operárias, quanto o próprio movimento operário. Nesse sentido, o trabalho aqui desenvolvido, buscou entender a confluência de movimentos sociais ascendentes na década de 1970 - movimento feminista, movimento operário, movimento das donas de casa, entre outros - que propiciaram o levante das operárias metalúrgicas do ABC paulista em prol de suas demandas.

[139] SANTOS, B. G. **Narrativas de gênero no processo de proletarização durante a ditadura militar brasileira**. Monografia (Licenciatura em História). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2018.
[140] A ideia de "construção de consciência de classe" foi profundamente questionada e problematizada no trabalho de final de curso.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

O trabalho tem como percurso o entendimento de dois grandes movimentos que contribuíram para essa tomada de ação político-social das metalúrgicas em 1978. No primeiro capítulo desenvolveu-se a análise histórica da construção do movimento operário, assim como do movimento sindical, distinguindo-os e aproximando-os quando necessário. Além disso, buscou entender como a participação feminina no movimento sindical deu-se.

Esta participação das operárias estava constantemente sob ameaça, visto que ora elas eram essenciais para o apoio das demandas do movimento operário e sindical, ora elas eram inoportunas e "desviavam" a atenção das pautas ditas como "prioritárias". O primeiro capítulo buscou analisar a constituição do movimento sindical no final da década de sessenta até 1978, entendendo o contexto de extrema carga de trabalho por parte dos metalúrgicos, para suprir as demandas de produção estabelecidas pelas multinacionais.

O cenário de intenso trabalho fabril no complexo industrial do ABC paulista somava-se a baixos salários, não reajuste ao índice da inflação verdadeiro, condições precárias de trabalho e de vida em contraste ao momento tido como glorioso da indústria metalúrgica no Brasil. A desvalorização da mão de obra somada a esses pontos levantados acima, gerou insatisfação de grupos operários que deram início a pequenos movimentos no chão de fábrica entre 1973 e 1974. Esses pequenos movimentos demonstraram um alerta a oposição sindical da época apontando que ali se encontrava um foco de inquietação.

Via-se, nesse contexto, um fortalecimento do movimento de oposição sindical, que passou a angariar apoio desses operários insatisfeitos com a exploração do seu trabalho. Este capítulo, portanto, teve como objetivo entender a participação das operárias nesse processo de fortalecimento do movimento operário e sindical. Desconstruindo a ideia de que após o golpe de 1964 esses movimentos foram completamente abafados e só conseguiram se reerguer em 1978, buscou-se analisar que a década de 1970 representou um momento de reorganização desses grupos políticos e sociais e a participação das operárias foi fundamental para os eventos que ocorreram em 1978.

Neste capítulo, também foram analisadas as razões pelas quais houve aumento da entrada do trabalho feminino na indústria metalúrgica, apontando não só a relação de valor dessa mão de obra, mas também a suposta falta de capacidade - compreendida pelos chefes de sessão e donos de fábricas - de ação política dessas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

operárias. As péssimas condições de trabalho, o assédio moral rotineiro, a admissão em cargos inferiores às funções que demandavam habilidades para cargos qualificados, a defasagem dos salários em 60% em relação ao salário dos homens, a estagnação desses salários, a falta de creche, o controle da natalidade, entre diversos outros fatores, no entanto, foram agravantes para que essas operárias quisessem se sindicalizar e participar cada vez mais das discussões acerca do trabalho operário.

Buscou-se entender, portanto, que as condições precárias de trabalho estabelecidas pelo empresariado brasileiro, legitimado pelo Estado, fortaleceram e aumentaram a participação sindical tanto masculina, quanto feminina. Esse aumento da participação reformulou o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Em paralelo a esses acontecimentos, o movimento feminista brasileiro, começava a tomar um rumo mais consistente na política interna do país.

O segundo capítulo buscou entender como o crescimento do movimento feminista, apoiado pelas novas formas de comunicação representadas pelos jornais alternativos, foi fundamental para o incentivo da mulher - intelectualizada, dona-de-casa, professora, operária e entre outras - na participação política, principalmente em instituições dadas historicamente como masculinas, como o sindicato.

O breve histórico do movimento de mulheres no Brasil na segunda metade do século XX apontou para duas importantes ramificações: o movimento feminista e o movimento feminino. O primeiro, profundamente influenciado pelos movimentos internacionais, principalmente, na Europa e nos EUA, e o segundo, influenciado por questões nacionais que apontavam para demandas de custo de vida, acesso à creche e pautas relacionadas ao mundo privado da casa e da família.

Mesmo com muita força do movimento das mulheres, representadas por donas-de casa e mães de família, o movimento feminista tomou proporções muito maiores quando, em 1975, foi declarado o Ano Internacional da Mulher pela ONU, tornando o feminismo - movimento até então da elite intelectualizada brasileira - um assunto comum a diversos nichos sociais femininos, como trabalhadoras, professores, donas de casa, chefes de família não reconhecidas como provedoras, acadêmicas.

No contexto nacional de Ditadura Militar, o Ano Internacional da Mulher possibilitou uma abertura ou flexibilização do governo em relação a eventos,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

publicações e discussões relacionadas ao movimento feminino e feminista. Nesse sentido, a influência dos jornais alternativos no fortalecimento desses movimentos foi de grande importância, visto que, mesmo que houvesse forte repressão a jornais alternativos marcadamente da esquerda, o jornal *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, por exemplo, conseguiram abordar assuntos vistos como subversivos pelo Estado.

Além das mobilizações ligadas à carestia, ao custo de vida e aos dados duvidáveis da inflação na década de 1970, uma pauta que tomou a atenção de diversas mulheres e conseguiu ampla adesão das operárias, principalmente as metalúrgicas, foi a questão do acesso à creche. Este tema era chave para discutir um leque de questões que diziam respeito ao papel da mulher na sociedade. Se a creche continuasse sendo negada, ou sendo um privilégio para poucos, o Estado e o empresariado estariam abrindo mão de uma mão de obra que passava a se tornar improdutiva ou insuficiente, a mão de obra feminina. A falta de creches públicas, no entanto, deixava claro ao posicionamento do Estado frente a não assumir responsabilidade sobre a educação das crianças brasileiras.

O acesso ou não da creche, representava, maior participação ou não da mulher no mercado de trabalho e, paralelamente, apontava que a educação das crianças ainda não era entendida como responsabilidade do Estado. A falta de creche limitava, portanto, o crescimento social e econômico feminino, colocando a mulher em seu papel determinado pela sociedade patriarcal para o século XX, a profissão de mãe.

Nesse sentido, o segundo capítulo aponta para uma maior adesão do movimento feminista, atrelado à legitimidade que este movimento ganhou por questões de apoio internacional. Esse movimento alinhou-se, no Brasil, a outros grupos políticos que lutavam não só por igualdade de direitos, acesso à educação, mas também pela abertura política, pela democracia e por questões relacionadas à dignidade no trabalho. O que se percebe, portanto, é uma união entre intelectuais feministas com operárias e operários do setor industrial, na construção de um movimento político suficientemente forte para mobilizar a sociedade em prol do fim da Ditadura e de melhores condições de trabalho.

Assim, o terceiro capítulo buscou apontar, através de fontes reunidas pelo próprio sindicato, e de jornais alternativos da época, a relação entre dois movimentos significativos dos anos de 1970, o movimento operário e o movimento

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

feminista, desencadeando eventos e ações políticas de grande importância para a construção do cenário de redemocratização que se verá a partir dos anos de 1980.

Aponta-se, assim, que o ano de 1978 tornou-se marco na participação feminina do movimento operário, não como um mito fundador, mas sim como um resultado de quase duas décadas de luta feminista e operária, que buscaram, de maneira relacional, unir estratégias de ação política eficazes para um Estado repressivo que estava se deteriorando cada vez mais, assim como as suas políticas econômicas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

6. Referências bibliográficas

ABC DA GREVE. Direção e Produção: Leon Hirzsman. 1990 (75 min).

ABRAMO, Laís Wendel. **O resgate da dignidade**: greve metalúrgica e subjetividade operária. Campinas, SP: Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

ARAUJO, Angela M. Carneiro; FERREIRA, Veronica Clemente. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). **Revista de Sociologia e Politica**, Curitiba, 10/11, p. 55-81, 1998.

BERTOLIN, Patrícia Tuma Martins. Ausentes ou invisíveis? A participação das mulheres nos sindicatos. **Caderno Espaço Feminino**, v.25, n.1, 2012.

BILHÃO, Isabel. A construção da identidade operária brasileira: aspectos de uma trajetória historiográfica (do nacional ao local). **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, 2010.

BRAÇO cruzado: máquinas paradas. Direção: Roberto Gervitz e Sérgio Toledo, 1979.

BRAGA, Ruy. **Trabalho e política em São Bernardo**: arqueologia de uma hegemonia precária. São Paulo: Lua Nova, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Capítulo III: Da educação, da cultura e do desporto. Seção I, da educação. Disponível em: <http://www.mpgo.mp.br/portalweb/hp/10/docs/constituicao_federal_de_1988_-_da_educacao.pdf>. Acesso em: 06 jul 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Lex-Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Disponível em:< https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-normaatualizada-pe.html>. Acesso em: 06 jul 2020.

BRASIL. Projeto de lei – confidencial. Ministério do Trabalho, 1976. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

BIROLI, Flávia. **Movimento Feminista**. Verbete, FGV CPDOC, 2009. Disponível em:< http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-feminista>. Acesso em 12 mar 2020.

CENTRO DE MEMÓRIA do sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Suplemento Informativo dos metalúrgicos, 12 jan. 1981.

CENTRO DA MULHER BRASILEIRA. Carta de apoio ao 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. Rio de Janeiro, 1978.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Textos Temáticos, Relatório, v.2. dez 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%202.pdf>. Acesso em: 23 jun 2020.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Textos Temáticos, Relatório, v.3. dez 2014.

CORRÊA, Larissa Rosa. **Disseram que voltei americanizado**: relações sindicais Brasil - Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978). Campinas, SP, 2013.

CORRÊA, Larissa Rosa Corrêa; FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 23, n. 43, 2016.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher**: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. Porto Alegre:2002.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Uma história social do feminismo: diálogos de um campo político brasileiro (1917-1937). **Estudos Históricos Rio de Janeiro**, v. 31, n. 63, p. 7-26, janeiro-abril 2018.

GITAHY, L. et. al Operárias, sindicalização e reivindicações (1970-1980). **Revista de Cultura Política**, n. 8, p. 90-116,.jun., 1982.

HIRATA, Helena. Trabalho, gênero e dinâmicas internacionais. **Revista da ABET**, v. 15, n. 1, jan- jun 2016.

HUMPHREY, John. **Fazendo o milagre**: controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira. Petrópolis: Vozes, 1983.

I CONGRESSO da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema - Programa. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

JUNIOR, Jaime Santos; MENEZES, Marilda Aparecida de. **À margem da história?** Mulheres metalúrgicas e a memória das greves do ABC (1978-1983). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

KÁLLAS, Ana Lima. A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir da contribuição da História Social do Trabalho. **Tempos Históricos**, v. 21, 2017,

LIMA, Luanda de Oliveira. Associativismo, identidade e políticas de emprego e renda Práticas Invisíveis: o Movimento Feminista e o Sindicalismo no Brasil. III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/62919/mulheres-operarias-e-sindicalistas-em-tempos-de-ditadura >. Acesso em 23 mar 2020.

LINS, Zulmira. Cartas: Mulher, deusa do lar? **Nós Mulheres**, n.6, 1977

LOBO, Elizabeth; HUMPHREY, John. A “prática invisível” das operárias. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrèe. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hildete Pereira de. Civil rights for married women in Brazil, from 1916 through 1962: or better, how laws are made. **Revista Estudos Femeministas** [online] v.16, n.2, p.463-488, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200008>. Acesso em: 10 mai 2020.

METALÚRGICAS, Trabalhadoras. Direção: Olga Futemma e Renato Tapajós. 1978. Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. (17 min).

NEGRO, Antonio Luigi. Ditadura nas fábricas do ABC e São Paulo: verdades reveladas sobre os trabalhadores durante a ditadura. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade e Justiça,** CUT, 2015.

NEGRO, Antonio Luigi. **Linhas de montagem**: o industrialismo automotivo e a Sindicalização dos Trabalhadores (1945-1978). Campinas: 2001.

NETO, Paulo Vidal. **Começa sábado o I Congresso da Mulher Metalúrgica.** São Bernardo, jan 1978. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

NÓS MULHERES. Nós mulheres: operárias. São Paulo, n.1, 1976.

NÓS MULHERES. Elas produzem comodidade, n.6, 1977.

NÓS MULHERES. São Paulo, 1978.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e o círculo de mulheres brasileiras: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 55-69, jan.-jun. 2007.

PERROT, Michelle. A História feita de greves, excluídos & mulheres. Excluídos & mulheres (entrevista). **Tempo Social**. São Paulo, v.8, n.2, p. 191-200, out 1996.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da Pinsky, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n.1, p.296, jan-abr 2009.

PERROT, Michelle. at al. A história das mulheres: ensaio de historiografia. **Gênero: Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social** – Dep. de Serviço Social/UFF, Niterói, v. 2, n. 1, p. 7-30, 2001.

PINTO, Célia. O novo feminismo nasce na Ditadura. In: **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

REDE TVT. Memória TVT - **Mulheres Metalúrgicas**: anônimas em busca de protagonismo. 2014 (8m7s). Disponível em:<. https://www.youtube.com/watch?v=A7fpw5F_Tdk,>. Acesso em: 18 jun. 2020.

RELATÓRIO das operárias da indústria Autometal. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1978.

RELATÓRIO das operárias da indústria Carfriz. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1978.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA

RELATÓRIO das operárias da indústria Liebau S/A. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1978.

RELATÓRIO das operárias da indústria Polimatic. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, 1978.

RELATÓRIO de grupos reunidos no dia 28 de janeiro de 1978, Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

REVISTA EL CORREO DE LA UNESCO. Una ventana abierta al mundo, n.9, mar. 1975.

REUNIÃO Preparatória do Congresso. São Bernardo, 7 de nov. 1977. Arquivo do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema

ROSA, Larissa e FONTES, Paulos. As falas de Jerônimo: trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 23, n. 43, 2016.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. G. **Narrativas de gênero no processo de proletarização durante a ditadura militar brasileira**. Monografia (Licenciatura em História). PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2018.

SCHIFINO, Reny Scifoni. Direito à creche: um estudo das lutas das mulheres operárias no município de Santo André. In **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil na análise histórica. In: **Educação e Realidade**, v. 15, n.2, jul- dez, 1990.

TAMIÃO, Juliana. Escritas feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988). Dissertação (Mestrado) - PUC-SP. São Paulo, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. A participação feminista na luta por creches In: **Creche e feminismo**: desafios atuais para uma educação descolonizadora. Campinas, SP: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 2015.

TEREZA. Momento de União. **Nós mulheres**, 1978.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIBUNA METALÚRGICA. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. n. 43, p. 5-8, 1977

VARIKAS, Eleni. **Gênero, experiência e subjetividade**: a propósito do desacordo. São Paulo: Cadernos Pagu, v.3, 1994.

VERA, Valdecirio Teles. A influência do trabalho da mulher no lar e na sociedade. **5ª Reunião de Estudos Jurídicos**, 1976.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1812525/CA